



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Colegiado de Pós-Graduação em Psicologia

MARIO CÉSAR PEDRÔSO LIRA
(mestrando)

MARCELO SILVA DE SOUZA RIBEIRO
(orientador)

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO RACISMO
PARA LICENCIANDOS EM PEDAGOGIA

PETROLINA

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Colegiado de Pós-Graduação em Psicologia

MARIO CÉSAR PEDRÔSO LIRA

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO RACISMO
PARA LICENCIANDOS EM PEDAGOGIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI) da Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Linha de Pesquisa II: Processos Psicossociais
Orientação - Dr. Marcelo Silva de Souza Ribeiro.

PETROLINA

2021

Lira, Mario César Pedrôso

L768r Representações sociais do racismo para licenciandos em Pedagogia /
Mario César Pedrôso Lira. – Petrolina-PE, 2021

ix, 83 f.: il. ; 29 cm.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação
em Psicologia (PPGPSI) da Universidade Federal do Vale do São
Francisco, Campus Petrolina-PE, 2021.

Orientador: Profº. Drº. Marcelo Silva de Souza Ribeiro.
Banca examinadora: Prof. DrºJurcy Marques, Profª. Draª Susanne
Pinheiro.

Inclui referências.

1.Educação. 2. Racismo - Representações sociais. 3. Discriminação na
educação - Relações raciais. 4. Alunos de Pedagogia – Representação
social. I. Título. II. Lira, Mario César Pedrôso. III. Universidade Federal do
Vale do São Francisco.

CDD 370

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas da Univasf

Bibliotecário: Lucídio Lopes de Alencar CRB 4/1799

MARIO C. P. LIRA

Representações Sociais do Racismo para Licenciandos em Pedagogia

Universidade Federal do Vale do São Francisco

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGSI) da Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia. Linha de Pesquisa II: Processos Psicossociais
Orientação - Dr. Marcelo Silva de Souza Ribeiro.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marcelo Silva de Souza Ribeiro
Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF
Orientador

Prof^a. Dr^a. Susanne Pinheiro Costa e Silva
Universidade Federal de Campina Grande
Avaliadora interna

Prof. Dr. Juracy Marques
Universidade do Estado da Bahia
Avaliador externo

DEDICATÓRIA

Aos educadores, homens e mulheres, que têm o privilégio e a responsabilidade de dar impulso a qualquer modificação essencial na sociedade e que promovem com o conhecimento e o amor entre os semelhantes, liberdade e transformação.

AGRADECIMENTOS

A Pedro e Patrícia, meus amigos, minha família, meus amores.

*Ele e ela são de mim proprietários
Ela sempre, ele mais recente é
Ele Filho, amigo, e agora confidente
Ela dona, amante, amiga e mulher.*

Ao meu orientador, Dr. Marcelo Ribeiro Silva de Souza Ribeiro, cuja generosidade e doçura, torna sua docência uma missão contagiante.

*Você é um PH, que no passado era um FÊ
Você é um O maiúsculo, um O bem grande é você
Um D bonito e um A, pra quem entende e quiser
junte tudo e está dito, é isso que você é.*

Aos colegas, especialmente aqueles que participaram mais de perto, torcendo e contribuindo,

Layta, Murilo e Ilze.

*Os amigos, os tenho e muito agradeço
Pelas minhas angústias tolerar
E também, por tolerar dos meus amigos,
As angústias que em todo amigo há*

Ao PPGPSI e à Univasf, pelos desafios propostos e as oportunidades concedidas.

*Salas cinzas e discursos doloridos
Frio, que às vezes, vêm as lágrimas propor
Mas por fim, brota a esperança e o alívio
Nasce a ideia, some o cinza, surge a cor*

Ao Condutor do Universo, que faz caminhos se cruzarem, momentos se fundirem e pessoas se encontrarem.

*Muito grato eu termino este poema
E ao findar os meus problemas já não são
Pois ouvi de um certo sábio a receita:
Pra curar qualquer problema, gratidão*

Ebony and Ivory

Paul McCartney and Stevie Wonder

*Ebony and ivory live together in perfect harmony
Side by side on my piano keyboard, oh Lord, why don't we?*

*We all know that people are the same wherever you go
There is good and bad in ev'ryone
We learn to live, when we learn to give
Each other what we need to survive, together alive*

*We all know that people are the same wherever you go
There is good and bad in ev'ryone
We learn to live, when we learn to give
Each other what we need to survive, together alive*

*Ebony and ivory live together in perfect harmony
Side by side on my piano keyboard, oh Lord, why don't we?*

SUMÁRIO

Introdução.....	18
Racismo e educação	26
Representações sociais e racismo	33
Justificativa, relevância social e científica	35
Metodologia	40
Resultados e discussão	45
Impressões sobre o racismo	46
Posicionamento dos participantes sobre o preconceito racial.....	48
Análise das Representações Sociais dos participantes	51
Representação Social da Universidade	60
Considerações finais	67
Referências	71
Apêndice A	83
Apêndice B	84

Índice de Siglas

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Univasf – Universidade Federal do Vale do São Francisco

PPGPSI -Programa de Pós-Graduação em Psicologia

UPE – Universidade de Pernambuco

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

CNE – Conselho Nacional de Educação

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

FNDE - Fundo nacional do Desenvolvimento da Educação

BBC – British Broadcasting Corporation

CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

TALP -Técnica de Associação Livre de Palavras

ANASPS – Associação Nacional de Assistência dos Servidores Públicos Federais

EUA – Estados Unidos da América

CEDEP - Comitê de Ética e Deontologia em Estudos e Pesquisas

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

LDB – Leis de Diretrizes e Bases

MEC - Ministério da Educação e Cultura

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

EDUFBA – Editora da Universidade Federal da Bahia

EDUFF – Editora da Universidade Federal Fluminense

Resumo

O racismo, que consiste na discriminação do outro por causa de suas características físicas ou culturais, acompanha e oprime, há séculos, os brasileiros, de modo particular. Espalhado nos variados afluentes sociais, pode ser identificado também em diversos níveis dos ambientes acadêmicos, o que o torna ainda mais preocupante e exige mediação. Desse modo, a pesquisa buscou compreender as representações sociais de um grupo alunos de Pedagogia no interior de Pernambuco sobre o racismo envolvendo oito alunos universitários, a partir de um grupo focal, entendendo que os futuros profissionais serão atores de influência determinante nos centros educacionais onde atuarão, predominantemente com crianças. Em função da pandemia mundial do coronavírus, e, portanto, da recomendação do afastamento social, esses encontros aconteceram virtualmente, com a utilização do *Google Meet*, uma plataforma de comunicação online da empresa *Google*. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, com uma abordagem estrutural das Representações Sociais, que ocorreu junto aos alunos dos últimos períodos do Curso de Pedagogia (7º e 8º), que se dispuseram, voluntariamente, a colaborar com a pesquisa. Nesta investigação, objetivou-se demonstrar, do ponto de vista social, a importância do tema racismo para a sociedade brasileira, e do ponto de vista científico, disponibilizar subsídios para outras investigações sobre a relação das Representações Sociais junto a graduandos em Pedagogia, no que diz respeito à questão da discriminação racial. Os resultados destacaram as representações acerca de unânime posicionamento dos participantes contra tal preconceito; alguns conceitos sobre racismo estão confusos com outros problemas sociais, mas que se diferenciam estruturalmente. A representação social aponta que a universidade, a partir da visão dos participantes, não considera o tema com a mesma relevância que deveria. As externalizações do grupo revelaram certa transferência de responsabilidade para a instituição que buscou colaborar com as ações sobre questões étnico-raciais, bem como, com as abordagens culturais relacionadas ao racismo entre a comunidade acadêmica e científica, promovendo a reflexão nos meios sociais entre as pessoas que tiverem acesso a essa produção. Conclui-se que esse eixo temático carece de investigações, especialmente sobre o racismo cultural no ambiente universitário, uma vertente do preconceito racial que surgiu como demanda pessoal dos participantes da investigação.

Palavras-Chave: Racismo; Educação; Representação Social; Pedagogia.

Abstract

Racism is social reality in which people are discriminated based on their physical or cultural characteristics. In Brazil, racism has been present oppressing Brazilians for centuries. Such evil practice has spread not only in varied social classes, but also in diverse levels of academic community, which makes it even more concerning and demanding to set up urgent monitoring on this threat to human dignity. Taking it into consideration, this research aimed at analyzing racism, based on The Social Representation Theory, the social representations of a group compounded by 8 college students who took part into a focal group. These 8 professionals in the future might be actors of determining influence in academic centers, working predominantly with children. Due to the Coronavirus pandemic, and, therefore, following the social distance recommendation, such meetings happened virtually, using Google Meet, a Google Online Platform of Communication. It was a qualitative survey, with a structural approach of Social Representations, whose participants were students from the last period of the Pedagogy Course (either 7th or 8th semester) of Pernambuco University, Campus – Petrolina-PE. All the participants volunteered to collaborate with this work. From a social point of view, this investigation intended to demonstrate the importance of the topic racism for Brazilian Society. From a scientific point of view, however, it was focused on laying the foundation for further investigations about the relation of Social representations with college students in Pedagogy, when it comes to racial discrimination. Hopefully, the results of this research will raise some debate on social means of communication which have access to such investigation.

In the results of this research, it is possible to identify the total position from the participants against such prejudice; some concepts about racism are not clear, causing some confusion with other social problems, although they are basically different from racism. The social representation points that University, from the point of view the students, does not consider the

topic, racism, as relevant as it should. The externalizations of the group revealed some transference of responsibility for the institution that, according the students, maintain an inert position about the topic.

Moreover, it is expected to be able to contribute to actions regarding ethnicity-racial issues as well as to the cultural approach related to racism inside the academic and scientific community.

The text will present the relationship of the collaborative students with the topic racism, their thoughts, and impressions as well as the social representation derived from experiences of the group in their academic journey.

This document finishes, stating that this topic needs more investigation, specially, about cultural racism in the university environment, a branch from racial prejudice that appeared as personal demand from the participants of the investigation.

Key Words: Racism; Education; Social Representation; Pedagogy

Memorial

Meu pai é um homem preto. Um sujeito que busco imitar ainda hoje, em minha maturidade. Na casa onde cresci, essa característica não resultava em conversas ou reflexões. Nunca paramos para discutir sobre racismo e o que eu tinha em mente, naqueles dias, não se aproximava do que hoje penso como discriminação. Entretanto, no trabalho onde ele era funcionário público, alguns comentários e comportamentos geravam um certo incômodo em mim, que como criança, reagia apenas na condição de um filho. Lá, os colegas o chamavam de “Neguinho”. Muito embora não houvesse entre os colegas o “Branquinho”, mesmo havendo tantos brancos ali, eu conseguia identificar que havia carinho no apelido, o termo já fazia uma referência daquilo que criam seus colegas de trabalho, ser um vocábulo que determinava, em suas inocentes percepções, uma diferenciação de raça. No entanto, era nas brincadeiras que o racismo se revelava travestido de piadas. As anedotas e as derivações do apelido, feitas pelos colegas mais próximos, eram visivelmente fruto do racismo que, naqueles dias, não conseguia disfarçar-se tão bem. Meu pai reagia com sorrisos que condescendiam e, ao mesmo tempo, travestiam seus sentimentos, creio feridos, nunca revelados.

Não passei os anos pensando nesses episódios, mas quando tive que decidir sobre um tema para investigar no campo da Psicologia Social, as imagens voltaram à tona e, combinar algum aspecto da educação, minha área de atuação com as experiências do passado, foi uma alternativa que se apresentou coerente.

A maioria dos brasileiros considera racismo uma violência explícita contra indivíduos da cor preta. Para essas pessoas, é necessário ofender com palavras relacionadas à cor, ou agredir fisicamente para que esse se materialize na sociedade. Se bem que esses sejam casos graves e se reproduzam com certa frequência em nosso país, o racismo brasileiro está predominantemente disfarçado em argumentos de autoproteção, desculpas e transferências, que tornam a discriminação, contra os pretos e pretas no Brasil, uma atividade difícil de

combater. Entretanto, embora de difícil combate, o racismo é facilmente identificado pela manutenção da posição de subserviência do negro brasileiro nas diversas instituições que compõem a estrutura social do país.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE aponta que dos 209,2 milhões de habitantes do país, 19,2 milhões se assumem como pretos, enquanto 89,7 milhões se declaram pardos. Os negros – que o IBGE conceitua como a soma de pretos e pardos - são 56,10% no Brasil, portanto, a maioria da população (IBGE, 2020).

Quando falamos de maioria de pessoas em um lugar, esperamos ver essa quantidade de indivíduos distribuídos igualmente em todos os segmentos da sociedade. Ao dizer que a maioria dos torcedores, em um estádio de futebol, pertence a um time alvirrubro, o que veremos ao voltar os olhos no círculo do campo, serão cores vermelhas e brancas, não o contrário. Ao declararmos que a maioria das estudantes em uma escola é de garotas, veremos meninas no pátio, na sala, nos corredores e até na sala da coordenadora de disciplina. A maioria nota-se, facilmente, é a maior parte, predomina, excede.

No entanto, mesmo sendo maioria, os negros e pardos no Brasil, não estão em todos os lugares. Não são vistos como maioria em todos os segmentos da sociedade, não estão espalhados, como se espera de uma maioria, especialmente em setores-chave, que representam a população brasileira. É óbvio que eles e elas estão lá, nos postos de trabalho, nos campos de terra da periferia, nas festas do subúrbio, nas filas de emprego, mas não são vistos nas gerências, nas presidências, nos ministérios ou entre os líderes das instituições. Não têm representantes, não aparecem nos púlpitos ou parlatórios, não falam à maioria e, portanto, não são ouvidos. Ao falar sobre a ausência da figura do negro em livros didáticos, Costa, Oliveira e Silva (2020), afirmam que essa falta de representatividade, transmite a falsa impressão de que a população brasileira é integralmente branca. Vive-se, portanto, no Brasil, com uma realidade distorcida;

a maioria não está em todos os lugares e não é vista entre os políticos, entre os líderes religiosos ou entre administradores do esporte no país.

Sobre a questão do racismo, é possível afirmar que a formação docente carece de uma atenção especial e urgente. Como professor de Inglês, formado pela Universidade de Pernambuco, eu experimentei as deficiências que colaboram para alguns insucessos dos professores no Brasil: estrutura física dos ambientes, formação dos professores, currículos desatualizados, pouca atenção aos estágios, entre outros, foram, e são problemas a serem resolvidos nas licenciaturas. No entanto, considero que uma mudança na alma destas, que precede qualquer outra mudança significativa, é uma abordagem humanística na formação dos docentes. O capital humano, sensível a outras demandas humanas, deve ser prioridade na preparação de futuros professores na sociedade brasileira.

Assim, procurei, no celeiro de formação de docentes da Universidade de Pernambuco, aliar a busca por respostas que nasceram em minhas experiências pessoais e familiares com o processo de formação de professores. Isso carece, insisto, de um olhar no outro, para me fazer crescer pessoal e profissionalmente e disponibilizar, conseqüentemente, os resultados desta investigação, ao oferecê-los para o crescimento pessoal e profissional da sociedade onde vivo.

Pessoas são diferentes

Ruth rocha

São duas crianças lindas

Mas são muito diferentes!

Uma é toda desdentada,

A outra é cheia de dentes...

Uma anda descabelada,

A outra é cheia de pentes!

Uma delas usa óculos,

E a outra só usa lentes.

Uma gosta de gelados,

A outra gosta de quentes.

Uma tem cabelos longos,

A outra corta eles rentes.

Não queira que sejam iguais,

Aliás, nem mesmo tentes!

São duas crianças lindas,

Mas são muito diferentes!

Introdução

A escravidão tem sido, ao longo da história do mundo, uma chaga difícil de curar. Uma breve retrospectiva na formação e desenvolvimento das antigas civilizações concede um vislumbre de como explorar pessoas, pelas mais diversas razões, e tem acompanhado a história da humanidade. O jornalista Laurentino Gomes (2019), no seu livro *Escravidão* (volume I), afirma que os traços dessa prática social podem ser vistos nos ambientes que hoje são lugares turísticos nos mais diversos países. Eles estão nas pirâmides do Egito, nas ruínas do Coliseu, em Roma, nos Jardins da Babilônia, no atual Iraque, nos Arcos da Lapa, no Rio de Janeiro, e até nos registros da Bíblia, concluindo que a noção de sagrado não impede que os homens revelem suas piores características. Mas a escravidão não deixa vestígios apenas em monumentos suntuosos ao redor do planeta, há consequências que as cartas de alforrias e as leis de abolição não conseguem sanar, o Brasil é prova incontestável dos equívocos humanitários que descendem da escravidão ocorrida aqui.

A escravidão no Brasil não encerrou suas atividades ou efeitos quando da promulgação da Lei Áurea em 1888. Muito tempo depois, o preconceito racial, herdeiro mais persistente desse período crítico da história do país, que moldou a colônia com legitimação do Estado por praticamente três séculos (Salles, 2017), está vivo e atuante na sociedade, fazendo vítimas e perpetuando a dor das senzalas e pelourinhos, dessa vez, quando não diretamente no corpo, na economia, na vida social, na emoção de milhões de brasileiros e nas representações sociais construídas sobre a população negra.

A classificação de indivíduos, baseada em suas diferenças físicas e morfológicas, deriva da Zoologia e da Botânica. Com o passar do tempo, essa classificação foi utilizada para referir-se às pessoas, numa tentativa de inferiorizar indivíduos a partir de sua ancestralidade. Sobre isso, Munanga (2004) afirma que:

Etimologicamente, o conceito de raça veio do italiano *razza*, que por sua vez veio do latim *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie. Na história das ciências naturais, o conceito de raça foi primeiramente usado na Zoologia e na Botânica para classificar as espécies animais e vegetais. Foi neste sentido que o naturalista sueco, Carl Von Linné conhecido em Português como Lineu (1707-1778), o usou para classificar as plantas em 24 raças ou classes, classificação hoje inteiramente abandonada. (Munanga, 2004, p. 17, grifos do autor)

Assim, a classificação de indivíduos a partir de sua aparência, a exemplo dos Francos sobre os Gauleses, tornou-se um meio de hierarquização para que os povos que se sentissem superiores do ponto de vista estético, impusessem, sobre outros povos, a diferenciação de classes e, por fim, fortalecesse o conceito de superioridade racial.

O racismo surge da compreensão fictícia da diferenciação de raças e é uma das vertentes do preconceito que, de acordo com a definição de Gordon Allport (1954, p.9), em sua obra *The Nature of Prejudice*, é uma "antipatia baseada numa generalização falha e inflexível, que pode ser sentida ou expressa e que pode ser dirigida a um grupo como um todo ou a um indivíduo porque ele faz parte daquele grupo".

Ainda sobre o conceito de racismo, Vala e Pereira (2012) propõem que seja organizado em duas dimensões: o Racismo Biológico, quando a ideia de “raça” (divisão de caracteres físicos) torna-se uma representação desenvolvida pelas pessoas, a fim de categorizar os indivíduos; e o Racismo Cultural, quando a etnicidade (divisão baseada na origem e ancestralidade dos indivíduos) é um fator gerador de desvalorização do outro. Almeida (2018) confirma essa diferenciação, afirmando que a noção de raça opera a partir de dois registros básicos que se cruzam e complementam como característica biológica, em que a identidade racial será atribuída por algum traço físico; como a cor da pele e característica étnico-cultural, em que a identidade é associada à origem geográfica, à religião, à língua ou a outros costumes.

Assim, o racismo se dirige ao negro, pela cor de sua pele; ao oriental, pelo formato de seus olhos; ao índio, pelas características do seu corpo; tanto quanto ao imigrante, pela sua origem geográfica; ao nordestino, pelo seu sotaque ou ao judeu, pela sua ancestralidade; e daí por diante.

Diante da compreensão dos aspectos históricos, que contribuíram para disseminação do racismo no Brasil, é necessário observar os diversos contextos coletivos e instituições onde essa modalidade de preconceito infiltrou-se de modo sistêmico, chegando até aos ambientes educacionais, responsáveis por formar variadas visões sociais, que vão desde aspectos políticos e éticos até estéticos e religiosos. Assim, chegamos a um grupo que julgamos determinante, do ponto de vista educacional e formativo, que se prepara para lidar com crianças em escolas de educação infantil e primeiros anos do Ensino Fundamental, os graduandos em Pedagogia.

Muito embora o Estado brasileiro tenha buscado promover medidas legais para a contenção da propagação do racismo em ambientes educacionais, como a Lei nº 12.711/2012, que trata do acesso de pretos e pardos a universidades no Brasil, ou ainda a Lei nº 11645/2008, que recomenda dedicar especial atenção nos programas de licenciatura e formação de professores, sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, foi objetivo primordial deste trabalho fazer contato com graduandos de Pedagogia, de modo a apreender entendimentos que indiquem as sociais representações sobre o racismo em um contexto acadêmico.

Entendeu-se que a Teoria das Representações Sociais, propagada por Serge Moscovici (1978), foi um aporte valioso para compreender, a partir das falas e expressões dos participantes, o efeito do racismo, incluindo suas percepções e experiências nesse coletivo educacional, que colocará, em um futuro breve, homens e mulheres em contato com estudantes que iniciam suas vidas acadêmicas e experimentarão as diversas influências dos seus professores, advindas também do convívio que tiveram na universidade.

Considerando a relevância do tema racismo para a sociedade brasileira, da Teoria das Representações Sociais na investigação em contextos coletivos e buscando harmonia entre este trabalho e os estudos em processos psicossociais do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI), da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), esta dissertação traz, inicialmente, as Teorias sobre o racismo, resultado das variadas investigações de diversos estudiosos sobre o assunto. Em seguida, apresenta a relação entre racismo e educação, ou seja, a inegável presença dessa modalidade de preconceito em contextos educacionais e a reação legal do Estado ao racismo em ambientes acadêmicos. Ainda apresenta como a Teoria das Representações Sociais, através das investigações de pesquisadores que tem buscado elucidar questões sobre o tema e divulgar seus resultados à luz desta teoria. Na sequência, os objetivos são propostos, e logo em seguida, o método utilizado para realização da investigação. A partir das falas e expressões dos participantes, apresentam-se os resultados obtidos e, aliadas a essas participações, as discussões.

Teorias Racistas e Sobre o Racismo

Para muitos da geração em que vivemos, o racismo é algo de um tempo muito distante. Em 1888, a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, abolindo oficialmente a escravidão no país; de lá para cá, há indicativos de crença, por um contingente da população brasileira, que a relação com os pretos vindos da África e seus descendentes, que aqui permaneceram, tornou-se amistosa e quase sem conflitos. Essas opiniões, embora para muitos outros pareçam improváveis, são cultivadas por pessoas que deveriam reconhecer o racismo sistêmico reinante no Brasil e combatê-lo publicamente. Como exemplo disso, pode-se mencionar a fala do Vice-Presidente da República, Hamilton Mourão, no dia da consciência negra, em 20 de novembro de 2020, quando afirmou que: “No Brasil não existe racismo. Isso é uma coisa que querem importar aqui para o Brasil. Isso não existe aqui” (Isto é, 2020). Esse negacionismo, vindo de

alguém que fala pelo Estado brasileiro é preocupante e perpetua o preconceito racial, pois é ouvido por parte da população que valida falas de autoridades e, especialmente, por ter sido dito por um político de influência nacional, responsável, inclusive, por formação de opinião. A omissão ou o silêncio de autoridades e agentes influentes na sociedade dão continuidade a uma sensação de que, de fato, o racismo não é um tema relevante, como negou o Vice-Presidente da República, sua existência no país. Essa impressão também não era admitida por aqueles que defendiam que pretos e brancos não deveriam unir-se pela possibilidade de “enfraquecer” os descendentes dessa união. Para esses indivíduos, essa conclusão era científica, desprovida de julgamento e, portanto, não deveria ser confundida com preconceito racial.

Em meados do século XIX, surgiram, no Brasil, teorias pseudocientíficas, importadas da Europa e dos Estados Unidos, que buscavam dar status científico à segregação racial que já ocorria no país. Muito provavelmente, esses estudos influenciaram a sociedade da época no sentido de crer que havia de fato uma hierarquia biológica entre pretos e brancos. Esses documentos endossaram o pensamento racista da época, criando um vínculo entre o pensamento leigo e as pesquisas de estudiosos racistas, dando um caráter quase irrefutável ao comportamento segregacionista que operava no país, desenvolvendo a estratégia que propõe “Inconscientemente o científico se transforma em ideólogo” (Ianni, 1962, p. 247).

Nesse período, as decisões tomadas por autoridades ou as informações compartilhadas por estudiosos da época eram determinantes em um Brasil que carecia de conhecimento científico e estava ávido por se assemelhar aos países mais desenvolvidos da Europa. As ações que ocorreriam naquele momento deixariam marcas profundas em um país que assumia a condição de República e buscava afastar-se do status de colônia de Portugal. Na mentalidade de alguns pensadores daquele momento, seguindo o modelo de nações desenvolvidas, o Brasil deveria livrar-se dos obstáculos que impediam o crescimento da nação e entre eles estava a mistura de raças:

Assim, a miscigenação étnica seria um fator contrário à evolução e a mistura racial provocaria a permanência de características inferiores nos híbridos, porque os elementos mais fracos permaneceriam nos descendentes. Teríamos, pois, a potencialização dos defeitos, criando gerações de degenerados e com a real possibilidade de desaparecermos como povo e nação no período de um século. (Barbosa, 2016, p. 266)

Entre os pensadores brasileiros que propagavam teorias racistas, ainda que se entenda o anacronismo histórico e se reconheçam suas contribuições para a ciência em geral e a psiquiatria em particular, estava Raimundo Nina Rodrigues, um médico legista maranhense, que também era psiquiatra, professor, escritor, antropólogo e etnólogo brasileiro. Nina Rodrigues era defensor e divulgador da eugenia, ideia criada na Inglaterra em 1883, que se difundiu pela Europa e Estados Unidos, importada para o Brasil a fim de justificar a segregação racial. Muito embora como médico suas afirmações tivessem uma roupagem científica, não havia, em seu teor, embasamento que impusesse credibilidade ao que propunha o estudioso maranhense. Em suas defesas pseudocientíficas, Nina Rodrigues afirmava que:

Os negros africanos são o que são: nem melhores nem piores que os brancos: simplesmente eles pertencem a uma outra fase do desenvolvimento intelectual e moral. Essas populações infantis não puderam chegar a uma mentalidade muito adiantada e para esta lentidão de evolução tem havido causas complexas. Entre essas causas, umas podem ser procuradas na organização mesma das raças negríticas, as outras podem sê-lo na natureza do *habitat* onde essas raças estão confinadas. Entretanto, o que se pode garantir com experiência adquirida, é que pretender impor a um povo negro a civilização europeia é uma pura aberração. (Rodrigues, 1957, p.114)

Outra teoria que foi divulgada, no Brasil do século IXX foi o arianismo. Esse conceito deriva do termo sânscrito *arya*, que significa “nobre”. Foi base do pensamento nazista na

Segunda Guerra Mundial e defendia a “limpeza” étnica na Europa, a partir do extermínio de judeus. No Brasil, Francisco José de Oliveira Viana, professor, jurista, historiador e sociólogo brasileiro, defendia, em seus ensaios “científicos”, o pensamento do ditador alemão Adolf Hitler. De acordo com Viana (1938), o homem negro era inferior ao homem branco e, eventualmente, seria útil como colaborador e pessoas de pele branca, o que, nesse caso, estaria submetendo-se ao processo daquilo que ele chama de “arianização”:

Em regra, o que chamamos de mulato é o mulato inferior, incapaz de ascensão, degradado nas camadas mais baixas da sociedade e provindo do cruzamento do branco com o negro de tipo inferior. Há, porém, mulatos superiores, arianos pelo caráter e pela inteligência ou, pelo menos, suscetíveis da arianização, capazes de colaborar com os brancos na organização e civilização do País (Viana, 1973, p.173).

Esses intelectuais brasileiros não foram os únicos a pensar desta maneira. Outros, assimilando teorias difundidas na Europa, buscaram, com sua influência concedida pelos meios acadêmicos e por sua aproximação política, implementar seus projetos de construção nacional, inserindo a ideia de separação étnica. De acordo com Schwarcz, (1993), além de Nina Rodrigues e Oliveira Viana, Euclides da Cunha e Silvio Romero estavam empenhados, a partir de publicações de opiniões em artigos, no processo de branqueamento da nação.

Superadas as teorias pseudocientíficas que buscavam propagar a hierarquia biológica e social do humano branco sobre o preto, despontam os estudos que buscam identificar os variados tipos de racismo, seus meios e consequências nas sociedades globais. Essas teorias, sobre tal tema têm buscado identificar maneiras sutis de expressões do preconceito racial. Katz, Wackenhut e Hass (1986) defenderam a ideia do conflito interno nos indivíduos de apreço e rejeição pelo negro em sua teoria do racismo ambivalente. Já, Kinder e Sears (1981), em sua teoria do racismo simbólico, denunciaram a rejeição aos negros pela ameaça que eles representavam aos valores e símbolos sociais na sociedade tradicional americana.

A concepção estrutural do racismo foi conceituada por Almeida (2019) a partir da percepção institucional, que de acordo com o autor, diferencia-se de outras abordagens da discriminação, por transcender o âmbito da ação individual, sistematizando o racismo em grupos e instituições. No entanto, sua compreensão estrutural não cria um alibi para o racista, mas o inclui como parte integrante de um sistema junto às instituições.

Pacheco (2011, p. 140) aponta que, no Brasil, também se cultiva o racismo cordial, que como o próprio nome aponta, caracteriza-se como uma maneira branda do racismo "assimilacionista, sem ódios, segregação ou violência constante e explícita, sendo mais idiossincrático que o institucional ou estrutural, ainda que implique em desigualdades, exploração e sujeição". A cordialidade nessa situação é o disfarce social para a rejeição ou para a desvalorização do homem negro ou da mulher negra que, frequentemente, sob o pretexto elogioso, é cordialmente associado à música, à força e à alegria, como se essas fossem as únicas virtudes perceptíveis nos indivíduos de cor negra. Esse tipo velado de preconceito persiste no país, também por causa das sanções legais que buscam coibir o racismo no Brasil. É o caso da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, declara que "a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei" (Brasil, 2019). Por causa então da ameaça da lei e da repercussão social desse tipo de conduta, surgiram maneiras sutis de se praticar a discriminação contra os negros no país.

Assim, o Brasil vive uma situação de apatia a respeito do sério problema do racismo. A apatia, sentimento de indiferença por algo ou por alguém, de acordo com Forman (2004), é um mecanismo pelo qual a desigualdade racial perdura em uma sociedade, gerando consequências visíveis e invisíveis nas vítimas que sofrem o preconceito. Como denuncia Santos (2014, p. 589), "o cenário das desigualdades no Brasil é perverso e muito objetivo, seja na invisibilidade sobre como tais questões são abordadas, seja na indiferença em como os indivíduos negros são tratados". Em decorrência disso, o Brasil perpetua os números alarmantes de violência contra

o negro no país. Em um relatório recente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), a violência contra o negro ganhou destaque especial por evidenciar a continuidade do processo de desigualdade racial no país. De acordo com esse Instituto, 75,5% das vítimas de homicídios no país, em 2017, foram negros. O relatório afirma que "em termos de vulnerabilidade à violência, é como se negros e não negros vivessem em países completamente distintos" (IPEA, 2019, p.50).

Muito embora a maioria absoluta dos brasileiros admita a existência de uma discriminação racial no "outro", reconhecer o problema em si mesmo não é comum entre os habitantes da antiga colônia. "O indivíduo não admite ter preconceito. Porém, sempre conhece alguém que o tem, seja amigo ou parente" (Naiff, Sá, Naiff, 2019, p. 59). A fim de perceber a tendência de transferir para um terceiro o sentimento de inferiorização contra o negro, foi realizada uma investigação com uma amostra representativa da população nacional, indicando que quase 90% dos entrevistados consideram-se não racistas, ao mesmo tempo em que igual percentagem de brasileiros acredita que existe racismo no Brasil (Turra & Venturi, 1995). Essa impressão contraditória do brasileiro aponta para um problema social que não parece simples de se solucionar. Como denuncia Schawarcz (1998, p. 155): "Todo brasileiro se sente uma ilha de democracia cercado de racistas por todos os lados".

Racismo e Educação

No cerne de qualquer transformação social, há a formação acadêmica dos educadores, que se bem conduzida, colaborará para a aceleração das mudanças requeridas pela sociedade brasileira. Os licenciandos e as licenciandas que se preparam para atuar em salas de aula pelo país são atores imprescindíveis nesse processo de transformação socioeducacional. Por outro lado, considerando que esses homens e mulheres passarão parte do seu tempo na companhia de crianças em formação, abertas ao conhecimento e à influência de adultos, torna essa relação delicada e promissora. Afinal, como afirmava Paulo Freire (1987, p. 57): "quanto mais

analisamos as relações educador-educandos na escola, em qualquer de seus níveis (ou fora dela), parece que mais nos podemos convencer de que essas relações apresentam um caráter especial e marcante”.

Deduzimos que a formação medíocre, ou excessivamente teorizada, comprometerá como tem acontecido o desenvolvimento educacional dos estudantes que estão em contato com esses docentes. Essa formação, inclusive no que diz respeito à percepção do racismo no ambiente educacional, dar-se-á também pela inserção da humanização no currículo dos graduandos, sobretudo na formação de futuros professores. Dar-lhes as competências de escolarizar e cuidar, a partir de uma formação emancipadora, mas do cuidado, da transmissão de conhecimentos e também do afeto, da exposição de teorias e do imprescindível diálogo, promoverá atuações mais efetivas para contribuir com a resolução de problemas sociais vividos pela sociedade do país, como é o caso do racismo. Uma das respostas a sua superação passa pela educação. Paulo Freire, sobre isso, afirmou:

Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. Margem para serem colecionadores ou fichadores das coisas que arquivam. No fundo, porém, os 2410 grandes arquivados são os homens, nesta (na melhor das hipóteses) equivocada concepção “bancária” da educação. Arquivados, porque, fora da busca, fora da práxis, os homens não podem ser. Educador e educandos se arquivam na medida em que, nesta destorcida visão da educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber (Freire, 1987, p. 33).

Assim, é conhecidamente fundamental a importância da formação de professores no sentido de transformar a Educação Básica no Brasil. Muito embora avanços possam ser

observados nos diversos aspectos educacionais brasileiros, transformar a noção de importância em ações que deem, aos licenciandos, a capacidade prática de melhorar os níveis reais da Educação no Brasil. A mudança sobre a formação de professores está atrelada à modificação do olhar da escola no país, que permanece carente em modificações sistêmicas que visem dar, à educação básica brasileira, um status institucional, capaz de promover uma conversão naquilo que se espera de uma escola de qualidade no país, como propõe Azanha (2004); a escola é um novo espaço institucional e o desempenho do professor não mais pode ser pensado como uma simples questão de formação teórica de alguém que ensina.

Empreender com autonomia a partir das diversas demandas no país é uma competência urgente que precisa estar nos currículos dos núcleos de formação de professores brasileiros. Essa percepção, sem dúvida, está ligada ao crescente espaço de debates sobre o racismo no Brasil. As leis e normatizações não devem ser suficientes para conduzir o comportamento profissional do professor; as modificações no currículo, com ênfase em práticas e estágios dentro e fora da universidade, deverão levar o licenciando brasileiro a uma mudança de postura diante de questões problemáticas, entre elas, a discriminação racial.

Ao perceber que o ambiente educacional não está imune à questão do racismo, cabe uma reflexão sobre como buscar maneiras de aproximar-se desse contexto e entender melhor o desenvolvimento desse problema que afeta a sociedade brasileira. É inegável que ações, no sentido de diminuir os efeitos do racismo nos ambientes educacionais, têm acontecido e resultados positivos têm sido vistos como consequências de ações de várias frentes (Motta & Quadros, 2016). Pode-se mencionar, como exemplo de uma dessas ações, a Resolução nº 01/2004 do Conselho Nacional de Educação que, em seu texto, determina que as instituições de ensino superior abordem, em seus currículos, as questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004. Além disso, o documento também recomenda dedicar especial atenção aos cursos de licenciatura e formação

de professores, garantindo-lhes formação adequada sobre História, Cultura Afro-Brasileira e Africana e os conteúdos propostos na Lei nº 11645/2008 (Brasil, 2008). Cabe, aqui, mencionar a importância da abordagem afro-cultural em um contexto educacional, dada a frequência com que as religiões de matrizes africanas têm sido alvo de intolerância em diversos segmentos sociais brasileiros. Essa intolerância, que não é recente, já foi inclusive alvo de sanções por parte de outros religiosos que tinham o aval do Estado, e classificavam os rituais africanos como danosos à sociedade, “as práticas religiosas africanas eram consideradas manifestações de magia ou feitiçaria, e passíveis de punição pelo código canônico e perseguidas pela igreja e pelas autoridades” (Fernandes, 2017, p.117).

Hoje, a despeito de o Estado assumir, por lei, o direito de expressão e manifestação das religiões de matrizes africanas, parte da população, por motivações religiosas (certamente tendo como pano de fundo o racismo), sente-se no direito de perseguir e punir as populações pretas e suas manifestações culturais e religiosas. O racismo religioso, portanto, tem sido cada vez mais recorrente contra os ambientes e os indivíduos que são adeptos, sobretudo, das religiões de origem africana, constituindo, assim, um preconceito étnico-racial (importante observar que esse tipo não se restringe às religiões de origem africanas, mas se podem incluir as manifestações religiosas de origem indígena). Assim, de posse dessas informações, a universidade, especialmente no que diz respeito aos cursos que formam o professor, tem a responsabilidade de refletir sobre esses temas, trazidos inclusive nas Diretrizes da Educação Básica (LDB), documento oficial do Ministério da Educação (MEC) no Brasil, que propõe acolhimento, amparo e respeito com base nos princípios da individualidade, igualdade, liberdade, diversidade e pluralidade (MEC, 2013). Espera-se que, conscientes dessa responsabilidade social e munidos do aparato legal, os futuros professores empenhem-se em transformar essa realidade que ainda oprime os afrodescendentes brasileiros.

Outra ação que busca aproximar a questão do negro do cenário educacional brasileiro é a Lei nº 12.711/2012. Conhecida como Lei das cotas, ela é uma prescrição nacional que busca aumentar a população negra em ambientes universitários. Essa determinação federal reserva, no mínimo, 50% de vagas em seus cursos para alunos que tenham cursado o ensino médio integralmente em instituições públicas; respeita o critério de proporcionalidade da população específica, que se autodeclare negra, parda ou indígena, um percentual dentro desses 50%.

Muito embora essa iniciativa estatal busque diminuir as desigualdades raciais construídas ao longo dos anos no ambiente educacional, ela encontra resistência em parte da sociedade. Naiff, Naiff e Souza (2009), em uma pesquisa que envolveu alunos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), perceberam, junto aos estudantes dessa instituição, a resistência majoritária à política de inclusão de negros em universidades públicas brasileiras a partir do sistema de cotas. Tal resistência baseou-se na noção da meritocracia, entendimento que propõe as recompensas e promoções realizadas a partir do esforço e mérito pessoal.

Outras iniciativas demonstram o interesse desse eixo temático no ambiente educacional. Podem-se mencionar, aqui, as investigações no sentido de verificar o conteúdo de livros didáticos sobre o papel do negro nessas produções literárias infanto-juvenis (Kirchof, Bonin & Silveira, 2015). Compreende-se que o livro didático é uma ferramenta amplamente utilizada pelo professor na escola e que desempenha um papel significativo na formação ideológica no cotidiano escolar; as investigações que buscam identificar o papel dos negros e das negras no contexto das produções literárias educacionais, além de contribuir para o cenário científico nacional, promovem uma reflexão sobre “as representações do ser brasileiro, contextualizando o aluno frente ao conteúdo e ao meio social onde vive” (Matte, Alves & Geveh, 2017).

É fundamental debruçar-se sobre o livro didático de maneira mais demorada, pois esse instrumento é uma ferramenta que acompanha o estudante brasileiro durante toda sua jornada acadêmica. Ali, nesses manuais de consultas escolares, os alunos encontram registros fiéis da

sociedade nas diversas disciplinas e, também interpretações pessoais dos autores que, introduzindo suas próprias conclusões, derivadas de suas vivências e visões da sociedade, alimentam esses materiais com informações por vezes questionáveis.

O livro didático tem acompanhado a própria história da educação brasileira. Ele surge num momento em que a religião ainda tinha uma influência gestora no contexto educacional. De acordo com Oliveira et al. (1984):

No século XIX, o livro didático surgiu como um adicional à Bíblia, até então, o único livro aceito pelas comunidades e usado nas escolas. Somente por volta de 1847, os livros didáticos passaram a assumir um papel de grande importância na aprendizagem e na política educacional. Os primeiros livros didáticos, escritos sobretudo para os alunos das escolas de elite, procuram complementar os ensinamentos não disponíveis nos Livros Sagrados. (Oliveira et al, 1984, p. 26)

A fim de acompanhar o uso do livro didático no Brasil e torná-lo uma ferramenta oficial de apoio ao estudante brasileiro, o Governo Federal criou o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), voltado à distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino. De acordo com o *site* que divulga as ações do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), coordenado pelo Ministério da Educação, em 1937, com o Decreto nº 93, de 21 de dezembro daquele ano, surge o Instituto Nacional do Livro, responsável por, entre outras coisas, “promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país bem como para facilitar a importação de livros estrangeiros” (Brasil, 1937).

São inegáveis os efeitos positivos dessa medida que possibilita, aos alunos de escolas públicas, o acesso a livros que lhes ajudam no processo e aquisição de conhecimento. No entanto, o livro didático tem, ao longo dos anos, sido influenciado por ideias que se apresentam eivadas de discriminação racial.

Em uma investigação realizada em 2013, por Silva, sobre livros didáticos da disciplina de Língua Portuguesa aprovados pelo PNLD, dos 541 personagens ilustrados nestas obras, 434 são brancos e apenas 93 são representantes negros, e dos 100 personagens citados textualmente, 71 são brancos enquanto 15 são negros. A partir dos dados dessa pesquisa, a autora traz uma conclusão que revela como o “branqueamento” dos personagens pode influenciar na autoestima das crianças que acessam esses livros. Assim,

Percebe-se no decorrer das análises que ainda é presente nos livros didáticos, a preferência por personagens brancos para a representação humana, o que indica uma relação de poder imposta, que marca o lugar destes por sua cor/etnia, hierarquizando-os em um sistema classificatório. Para além disso, entendemos que tais discursos inferiorizam as crianças negras que se sentem desvalorizadas e constrangidas em sala de aula, o que pode afetar diretamente na sua trajetória escolar e na vida. (Silva, 2013, p. 18005)

Se, na percepção da autora, os alunos que leem tais livros podem ser influenciados pela falta de representatividade de pretos e pretas em obras didáticas, por que achar que professores e professoras, profissionais que usam regularmente esses livros, estariam imunes a isto?

No entanto, diante da ideia de se discutir o racismo no cotidiano escolar, ressurgem a mentalidade equivocada em alguns docentes, que apontam o comportamento do estudante como o único com a necessidade de mudança e provável portador de problemas. Passos (2004) comenta que sem a devida autoanálise, que provavelmente o identificaria como enfermo da mesma "patologia", o professor continua mantendo o disfarce que ostenta a maioria dos brasileiros, ou seja, não ser racista.

Diante desse quadro preocupante, percebe-se, na Teoria das Representações Sociais de Moscovici (1978), uma maneira de entender melhor a manutenção do racismo no Brasil, e a partir daí, refletir em possibilidades e combatê-lo no ambiente escolar.

Representações Sociais e Racismo

Serge Moscovici (1978) foi o precursor da Teoria das Representações Sociais, que apontou o quão determinantes são as relações interpessoais estabelecidas no cotidiano para a formação de um senso comum entre sujeitos pertencentes a uma comunidade ou grupo. Para Carignan, Sanders e Pourdavood (2005), a Representação Social é construída e transmitida por meio da herança, tradição, educação e comunicação social. A Teoria das Representações Sociais (TRS) tem, ao longo dos anos, apresentado uma consonância, desde as definições primárias apresentadas por Moscovici (1981), até os estudos posteriores, dando eco às primeiras investigações, mas, ao mesmo tempo, ampliando seu espectro e diálogo com outros campos. De acordo a TRS, os diálogos, as relações, as imagens, as interações e outros movimentos são responsáveis por atribuir, a um grupo de pertença, uma característica perceptível, comum, a despeito da preservação das individualidades (Moscovici, 1981; Abric, 1994; Jodelet, 1989; Wagner, 1998).

De posse dos princípios dessa Teoria, algumas investigações têm sido empreendidas para compreensão da questão do racismo. Aspectos ligados à política, biologia, economia, geografia e religião têm sido algumas das causas apontadas para a perpetuação da consciência coletiva sobre a discriminação racial (Vala, 2013). Feitosa (2012) buscou, a partir da Teoria de Moscovici, aproximar-se da percepção de crianças negras em escolas na região de Campinas (SP) e sua adequação no espaço escolar. O estudo demonstrou, entre outras coisas, que crianças pardas e negras apresentam dificuldades em assumir a cor de suas peles.

Lima e Rezende (2009) empreenderam um estudo com adolescentes de uma escola pública no Distrito Federal (DF) sobre situações de discriminação vividas no cotidiano escolar. De acordo com os participantes, mais de 80% deles já presenciaram situações no ambiente escolar. Carignan, Sanders e Pourdavood (2005) tentaram apreender as representações de

professores da Universidade Midwest, nos Estados Unidos, a respeito do racismo junto a alunos de uma escola secundária americana. A investigação apontou uma postura liberal na percepção dos professores participantes. Tais investigações, entre outras, com crianças, adolescentes e jovens adultos, em contexto escolar, revelam como essa questão tem sido investigada à luz da Teoria das Representações Sociais, na busca por entender aquilo que Vala e Pereira (2012) definem como "vírus em evolução" (2012, p.49).

Com poucas investigações sobre representações Sociais de licenciandos em Pedagogia, atores educacionais que representam muito na formação escolar e pessoal de crianças, afinal, "compreende-se que o professor de educação infantil é de grande importância na vida das crianças que estão ingressando na escola e, como consequência disso, a formação desse professor aparece como ponto chave e de grande importância neste contexto educacional" (Camargo, Biagini & Corrêa, 2018, 172).

Parece necessário entender melhor as impressões coletivas de professores ainda em formação sobre a questão do racismo, já que, no período de formação, acumulam-se as influências de grupo que os seguirão no futuro em suas práticas pedagógicas; tais influências são determinantes para o professor em formação ou para qualquer outro ser humano, afinal, "no foco das licenciaturas, esse enfrentamento não poderá ser feito apenas em nível de decretos e normas, o que também é importante, mas é processo que deve ser feito também no cotidiano da vida universitária" (Gatti, 2014, p.36). Portanto, buscamos com as interações com os outros, formar a nós mesmos.

Assim, alicerçando a investigação a partir da Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 1978), buscamos realizar uma pesquisa envolvendo professores em formação e alunos de licenciatura em Pedagogia sobre as representações sociais sobre o racismo. Frente a isso, assumimos, no bojo da investigação, as seguintes questões norteadoras: quais são as representações sociais sobre o racismo de um grupo de alunos de Pedagogia? Quais são as

expectativas sobre o racismo em relação ao futuro profissional desses participantes? Como se apresenta a estrutura representacional das representações sociais de racismo construídas por um grupo de discentes do curso de Pedagogia? Como a universidade, enquanto instituição tem contribuído para formação destas representações sobre o racismo?

Justificativa, Relevância Social e Científica

Em 2020, a despeito do afastamento social, imposto pelos governos e organizações mundiais, em decorrência da pandemia do coronavírus, a violência contra negros entrou em evidência novamente e, desta vez, a consequência desta ação gerou uma reação em escala mundial, em um episódio icônico, ocorrido na Cidade de Mineápolis, no estado de Minnesota, nos Estados Unidos. O *site* da empresa de comunicação americana, BBC, resumiu desta maneira o acontecimento:

Darnella Frazier, que passava pela rua, sacou seu celular enquanto assistia horrorizada à cena em que Floyd, no chão de uma rua, algemado e desarmado, fica inconsciente sob a pressão do joelho de um dos policiais brancos que o haviam detido. Ao que parece, pouco antes, Floyd, que trabalhava como segurança em um restaurante, tentou fazer uma compra com uma cédula falsa de US\$ 20. Depois de implorar por sua vida várias vezes e dizer "não consigo respirar", Floyd perdeu os sentidos; pouco depois de ser levado por uma ambulância, ele foi declarado morto. (BBC, 2020)

Este episódio teve um elemento diferente de tantos outros eventos envolvendo violência contra negros nos Estados Unidos. Uma onda de protestos antirracistas tomou conta de dezenas de cidades americanas e se espalhou por outras cidades do mundo. Os atos antirracistas, em resposta ao assassinato de George Floyd, aconteceram na França, Espanha, Itália, Alemanha, Holanda, Canadá, Argentina, África do Sul, Turquia, Quênia, México e Brasil.

Um movimento antirracista, denominado *Black Lives Matter*, tornou-se conhecido neste episódio, dando publicidade a outros movimentos que lutam contra o racismo expresso em violência contra a população negra.

No Brasil, país onde a violência contra pretos acontece de maneira sistêmica, um episódio, entre tantos, também marcou, de maneira trágica, o ano em que se esperava menos violência pela necessidade de afastamento social exigida pelas autoridades para evitar a disseminação do coronavírus. João Pedro Mattos, um garoto de 14 anos, foi morto por ação da polícia Civil e Polícia Federal, dentro de sua casa no bairro São Gonçalo, no Rio de Janeiro (RJ). Uma tragédia como essa, isenta de justificativa, revela que a sociedade brasileira experimenta a sistematização do racismo que se revela opressor, indiferente e não reconhecido por parte das autoridades e, portanto, reforça a certeza da existência do racismo estrutural, que é definido como “um conjunto de práticas institucionais, históricas, culturais, sociais e interpessoais que constituem a nossa sociedade e colocam, de forma sistemática, um determinado grupo racial e/ou étnico em prejuízo, em inferiorização aos demais” (Raimond et al. 2020, p.2).

Outros eventos têm acontecido do sul ao norte do país, evidenciando a desigualdade com que a sociedade trata pretos em relação aos brancos no Brasil. Embora haja resistência em assumir tal preconceito por parte de alguns, os fatos revelam a realidade que o Brasil segue mantendo o racismo em suas fronteiras a partir da inferiorização daqueles, cuja única diferença é a cor de sua pele.

Por esta compreensão, vários pesquisadores têm se debruçado sobre o tema do racismo e sua ocorrência nos variados contextos sociais do país. Além de eventos policiais, ambientes profissionais, educacionais, políticos entre outros, essas pesquisas têm reafirmado a certeza da presença do racismo que se sistematizou no país de maneira preocupante.

Sacramento e Nascimento (2010) investigaram o sentido da raça e da cor entre profissionais e usuários do Sistema de Saúde em distritos sanitários da cidade de Salvador (BA). Essa investigação revelou que a cor e a raça interferem no cuidado que os profissionais de saúde dedicam aos usuários do sistema, assim como as mesmas questões interferem na busca pelo cuidado.

Santos e Chaves (2007) empreenderam sua pesquisa sobre Representações Sociais e a questão do negro numa comunidade quilombola também na Bahia. De acordo com a pesquisa, a despeito de o ambiente Quilombola servir para fortalecer os aspectos da questão racial, dado histórico que acompanha os habitantes dali, ainda assim, a pesquisa revelou que os membros da comunidade experimentam a discriminação em função da sua cor.

Várias investigações têm buscado o contexto acadêmico para pesquisar, em grupos desses ambientes, suas relações com tal questão a partir da Teoria das Representações Sociais. O ambiente educacional tem se demonstrado fértil no sentido de produzir investigações que colaborem com a compreensão desses e de outros temas relevantes para a sociedade. Como afirmaram Silva, Constantino e Premaor (2011), o cenário educacional é um espaço repleto de relações de interação entre os agentes envolvidos, celeiro propício onde as representações sociais podem ser observadas.

Considerando as investigações realizadas em um contexto da educação básica, percebe-se uma convergência dos investigadores no sentido de propor uma reflexão e enxergar o ambiente dos anos iniciais da educação brasileira como ideal para uma modificação nessa visão discriminatória sobre o negro no país (Bonilha, 2012; Fernandes e Souza, 2016; Oliveira, 2013; Silva, 2015).

A teoria de Moscovici também tem sido aplicada no ambiente universitário brasileiro. Vários investigadores têm buscado, a partir dessa possibilidade teórica, apreender a questão do negro, da raça e do preconceito no contexto do ensino superior. Falcão e Cirino (2013)

aproximaram-se da realidade dos professores negros e negras da Universidade Federal de Minas Gerais. Nesse estudo, perceberam que a despeito da condição socioeconômica privilegiada dos docentes participantes da pesquisa, ainda assim a raça é um elemento que gera preconceito por esses indivíduos. Entre as declarações dos docentes da referida universidade, destaca-se aquela que remete ao chamado racismo cordial, definido como "brando, assimilacionista, sem ódios, segregação ou violência" (Pacheco, 2011, p. 139), no entanto, existe e é oculto.

Também no ambiente universitário, desta vez entre alunos vindos de países africanos, estudantes da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Garcia (2018) empreendeu sua investigação buscando, a partir da Teoria das Representações Sociais, apreender as questões do racismo, tomando o discurso dos discentes como elemento denunciante.

Entendendo a importância do tema racismo e percebendo que as representações apontam para um comportamento social, capaz de traduzir sentimentos e motivações, não seriam os licenciandos em Pedagogia, futuros docentes de crianças, participantes em potencial de uma investigação que traduzissem suas impressões sobre a questão racial?

Os cursos de licenciatura objetivam preparar indivíduos para que, como professores da educação básica no Brasil, atendam as demandas sociais e educacionais de crianças e adolescentes no país, além de participar do processo de formação cultural desses indivíduos, em resumo é "formar profissionais para o trabalho docente na educação básica" (Gatti, 2014, 36). Entendendo ser este período da vida profissional determinante para o bom aproveitamento do futuro profissional em educação e, como mencionado anteriormente, percebendo a gravidade desse problema no país que se enraizou por todos os ambientes sociais e, ainda pela lacuna percebida na busca por documentos que relacionem esse público com o objeto da pesquisa, esta investigação justifica-se pela importância formativa e científica ao buscar

entender como pensam os professores em formação. Interessa-nos, pois, ao dizer de Scarparo e Pedroso (2010, p. 20): ". . . Seus palavreares, suas imagens, suas memórias e seus desejos: suas representações".

Esta investigação tem aderência à linha de pesquisa em Processos Psicossociais, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI), da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), que objetiva investigar "as relações entre o ser humano e os diversos contextos sociais, com ênfase em atitudes, valores, representações sociais, relações interpessoais e desenvolvimento humano" (Univasf, 2018, p.2).

Esta investigação, portanto, justifica-se ainda pela relevância social, ao se discutir a questão da rejeição étnica sofrida pelos brasileiros negros na atualidade em diversos ambientes, incluindo os acadêmicos e profissionais. "Nos espaços públicos o negro, descendente de africanos escravizados ainda considerado estrangeiro, é na maioria das vezes, apenas tolerado" (Pacheco, 2011, p. 140).

De maneira mais sistemática, nosso objetivo geral foi compreender as representações sociais de um grupo alunos de Pedagogia no interior de Pernambuco sobre o racismo. Enquanto objetivos específicos, buscamos analisar as impressões sobre o racismo em relação ao futuro profissional dos discentes de Pedagogia; identificar a estrutura das representações sociais sobre Racismo, construída por um grupo de discentes do curso de Pedagogia; perceber a influência da universidade como instituição, na formação das representações sociais dos alunos sobre o racismo.

Metodologia

A pesquisa que deu origem à produção desta dissertação foi realizada no período de março de 2021 e o início da coleta de dados ocorreu somente após a aprovação pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Univasf. As questões éticas pertinentes à pesquisa com seres

humanos foram consideradas a partir das Resoluções Conep/MS 466/2012 e 510/2016. O projeto foi submetido ao comitê de ética em 03/02/2021 e aprovado sob o parecer de número de 4.564.675 e CAAE: 35634719.2.0000.5196.

O voluntariado e o sigilo foram marcas deste estudo, respeitando os indivíduos que se dispuserem a participar desta investigação. Nenhum nome real foi informado e, eventualmente, o termo participante foi citado de modo a substituir os reais nomes dos colaboradores do estudo. Reiteramos que, no processo da investigação junto aos participantes, não se efetuou nenhuma gravação sem autorização por escrito dos mesmos. Ressalta-se que as falas foram copiadas na íntegra, sem realizar correção gramatical nem ortográfica.

Considerando que a investigação buscou compreender a representação social do grupo de alunos sobre racismo (tanto do ponto de vista da discriminação cultural quanto biológica), tal estudo será de base qualitativa, afinal "as representações e crenças, das relações, das percepções e opiniões, ou seja, dos produtos das interpretações que os humanos fazem durante suas vidas" (Minayo, 2008, p.57), apontam para essa abordagem de investigação.

Fundamentada pela Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 1978), buscou-se, a partir da aproximação com o grupo de universitários cursando Pedagogia, a compreensão de suas percepções coletivas sobre a discriminação racial.

A presente pesquisa adequa-se a um modelo de investigação exploratória (Piovesan & Temporini, 1995), já que busca partir de um universo de pouco conhecimento para a condição de um conhecimento qualitativo autêntico deste mesmo universo. Considerando que esse tema é relevante para a sociedade brasileira e que o ambiente acadêmico é um celeiro de potenciais divulgadores de suas representações sobre este tema, a pesquisa ainda teve caráter descritivo-analítico (Triviños, 1987), afinal este tipo de investigação permitirá ao investigador conhecer "determinada comunidade, suas características, valores e problemas relacionados à cultura" (Oliveira, 2011, p.22).

A Universidade de Pernambuco (UPE), *Campus* - Petrolina possui os cursos de Licenciaturas em Geografia, História, Matemática, Pedagogia, Letras e Biologia, que atendem a demanda educacional de alunos de várias cidades no entorno dessa instituição, além de possuir vários cursos de bacharelado. Localizada no município de Petrolina, a Universidade, à época Faculdade de Formação de Professores, existe desde 1969, contribuindo para a região nos âmbitos educacionais, científicos e sociais. O local para a investigação foi, o *campus* Petrolina, especificamente no âmbito do curso de Pedagogia. O referido curso foi implantado em 1988, com as habilitações em Administração e Supervisão Escolar, reconhecido pela portaria nº 09064 de 12.06.1991, publicada no Diário Oficial de 13/06/91.

Por se tratar de uma pesquisa ancorada na Teoria das Representações Sociais, os oito participantes que foram escolhidos, pelo critério de convivência, permitiram a diversidade e o aprofundamento nas entrevistas. Foram convidados estudantes de ambos os sexos, maiores de idade, que convivem há mais tempo no contexto acadêmico universitário, portanto, alunos dos últimos períodos da licenciatura em Pedagogia (7º e 8º períodos). Não participaram da pesquisa alunos oriundos de outros centros acadêmicos, que entraram nos períodos acima mencionados, mas que não tenham convivido anteriormente com os alunos participantes. O curso de Pedagogia foi alvo desta investigação por formar profissionais para atuarem com alunos da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, entendendo que crianças, nesses anos de formação, percebem seus professores como influências determinantes, ao ponto de imitá-los como exercício de aprendizagem (Vigotski & Luria, 1996); foram investigadas as representações do grupo de alunos de Pedagogia, por serem, em seu futuro profissional, determinantes, positivos ou negativos, para o desenvolvimento das crianças.

O primeiro passo foi aproximar-se da direção da universidade e da coordenação dos cursos, para uma apresentação dos objetivos da pesquisa. Após autorização da administração,

efetivada via Carta de Anuência, buscamos, junto aos alunos do curso de Pedagogia dos últimos períodos da graduação, a colaboração para participação na pesquisa.

O grupo focal, sendo uma modalidade (coletiva) de entrevista semiestruturada (Cannel e Kahn, 1974), foi realizado junto aos participantes reunidos com oito integrantes, objetivando registrar o ideário coletivo dos estudantes sobre questões que relacionam o racismo e o ambiente onde estão inseridos. Esse modelo, utilizado no processo de coleta de informações, é uma forma de entrevista com grupos, baseada na comunicação e na interação. O principal objetivo é reunir informações detalhadas sobre um tópico específico, a partir de um grupo de participantes selecionados, colhendo informações que possam proporcionar a compreensão de percepções, crenças e atitudes sobre um tema, produto ou serviço (Ver Apêndice A).

Os encontros do grupo focal deveriam ter acontecido presencialmente. No entanto, esses encontros foram impedidos pela necessidade do afastamento social, recomendado pela Organização Mundial da Saúde, em decorrência da Pandemia Mundial do Covid-19. Sendo assim, verificou-se a possibilidade, sem comprometimento estrutural das entrevistas, de encontros virtuais, com a utilização da plataforma *Google Meet*, ferramenta que possibilita a reunião de diversos participantes remotos, a partir do uso de um computador, *Smartphone* ou *Tablet*, que possuam acesso à Internet, microfone e câmera de vídeo. Após a certificação de que os participantes possuíam os equipamentos necessários para a reunião *online*, agendamos o encontro e realizamos as entrevistas, fazendo registro eletrônico do áudio, para posterior verificação dos dados.

Aconteceram dois encontros virtuais e, em decorrência de responsabilidades dos participantes, foi sugerido que esses encontros ocorressem no turno da noite. Agendada as datas dos encontros (04/03/2021 e 11/03/2021), os colaboradores e o pesquisador se reuniram e, por cerca de uma hora em cada momento, o grupo discutiu o tema proposto. Além da entrevista, houve a proposta, por parte do investigador, sobre a produção de um desenho que expressasse

a percepção dos participantes a partir da frase: “eu, o racismo e a Universidade” Esses desenhos foram elaborados, fotografados e enviados via Whats app, para serem inseridos no corpo da dissertação, em conjunto com as respostas registradas dos participantes.

No momento da interação com o grupo focal, após a apresentação dos objetivos da pesquisa, foram mencionadas as questões éticas, que foram consideradas a partir das Resoluções Conep/MS 466/2012 e 510/2016, já informadas previamente no momento do convite. A partir daí, foram utilizadas, como disparador do diálogo, a menção de palavras relacionadas ao conteúdo da pesquisa, facilitando as primeiras participações dos colaboradores e motivando os outros a se sentirem mais à vontade para falar de si mesmos. Também foram realizadas perguntas mais diretas a fim de colocar os sujeitos em contato com as suas experiências e permitir que as descrevessem, facilitando o pesquisador a alcançar o significado delas. Com o objetivo estimular demonstração das representações sociais, foi utilizada a Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP) que, de acordo com Merten (1992), estimula a associação de ideias e, diante de condições adequadas, busca estimular, tornar observável, registrar e obter a comunicação verbal.

Em função da pandemia mundial do coronavírus, e, portanto, da recomendação do afastamento social, esses encontros aconteceram virtualmente, com a utilização do *Google Meet*, uma plataforma de comunicação online da empresa Google. Os participantes se mostraram dispostos a participar e, em alguns momentos, as respostas soaram como um protesto, desabafo, dado o envolvimento pessoal que alguns deles possuíam com o tema da investigação.

A maioria deles demonstrou segurança ao falar sobre racismo e emergiram, ao longo da conversa, situações pessoais de enfrentamento ao preconceito racial. Ao ouvir as participações dos colaboradores, buscou-se promover um ambiente colaborativo, sob a expectativa de facilitar a participação oral dos estudantes. É necessário informar que o

momento das conversas foi envolvente e, inevitavelmente gerou, no pesquisador, uma sensação de empatia e solidariedade. No entanto, a manutenção de ambos os olhares, pessoal e científico, foi mantida para que o resultado da investigação se mantivesse como prioridade desta pesquisa, afinal como propõe Câmara (2013) “O esforço do analista é, então, duplo: entender o sentido da comunicação, como se fosse o receptor normal, e, principalmente, desviar o olhar, buscando outra significação, outra mensagem, passível de se enxergar por meio ou ao lado da primeira” (p. 182).

As entrevistas, gravadas e transcritas e o conteúdo do encontro, lido repetidamente, serviram para a análise e compreensão qualitativa dos textos, que se deu a partir da Análise de Conteúdo Temática Categórica proposta por Bardin (2011). Após a transcrição e a leitura cuidadosa, passou-se a organizar os trechos que remetiam ao conteúdo da pesquisa a fim de gerar uma melhor interpretação dos resultados.

A sequência de abordagens ocorrida no encontro com os colaboradores iniciou-se a partir da organização do projeto, no entanto, a dinâmica das participações promoveu alguma modificação naquilo que havia sido proposto anteriormente. A seguir, será apresentada a sequência ocorrida nos encontros entre o investigador e os participantes do projeto:

- Introdução;
- Apresentação pessoal do investigador e dos participantes;
- Introdução do tema a partir de termos disparadores (Iniciou-se com as palavras preconceito e racismo);
- Conceituação de termos relacionados ao preconceito racial;
- Socialização de experiências pessoais;
- A relação do ambiente universitário com o assunto;
- Emergência voluntária do eixo: racismo cultural, em função de experiências pessoais;
- Propostas de ações em sala de aula para o enfrentamento do racismo;

- Agradecimentos;
- Finalização.

Resultados e Discussão

Compreender as representações sociais de um grupo de alunos do curso de Pedagogia no interior de Pernambuco sobre o racismo foi o objetivo principal proposto na investigação que deu origem a esta dissertação. Ao mesmo tempo que se buscou identificar as representações junto aos estudantes da Universidade de Pernambuco, o grupo, ao participar da pesquisa, também demonstrou considerar relevante a sua colaboração neste projeto. Suas contribuições foram pertinentes e tornaram possível a confecção deste documento que se espera ser útil para comunidade acadêmica e sociedade em geral.

Para essa compreensão, entendeu-se que um grupo focal seria uma maneira apropriada de atingir esse objetivo principal. Os encontros, como já mencionado anteriormente, aconteceram virtualmente, em função da necessidade de afastamento social, decorrente da Pandemia mundial do Covid-19. A disponibilidade dos alunos voluntários e o envolvimento percebido e registrado ajudaram a coletar dados relevantes para a produção desta dissertação. Vale ressaltar, aqui, que o contato com os colaboradores produziu no pesquisador, além do conhecimento advindo do contato e informações fornecidas, um sentimento muito positivo de afeto e gratidão. Isso pareceu ter sido recíproco, a partir da fala de um participante, que se harmonizou com as os demais:

As discussões foram muito, muito pertinentes. E me fez refletir muito o quanto essa questão do racismo está vindo de outras formas... outros olhares e eu acho que é isso. Como outra colega falou, foi uma coisa construída e a gente tem que desconstruir e isso leva um tempo (Participante 2).

Os resultados foram obtidos a partir da análise das contribuições dos participantes, que foram postas em paralelo com a Teoria das Representações sociais, alicerce da investigação.

As respostas e comentários, produzidas pelos estudantes que participaram da pesquisa, seguiram a ordem das questões apresentadas pelo investigador, eventualmente, no entanto, os participantes se sentiram livres para realizar comentários que não seguiam a sequência estabelecida, sem, contudo, fugir radicalmente do tema abordado com o grupo. E finalmente assim, foi possível a compreensão de suas representações.

Na sequência, as questões mais relevantes propostas ao grupo e sua justificativa correspondente serão mostradas:

- O que é preconceito para você?
- O que é racismo para você?

Essas questões buscaram identificar o nível de compreensão dos participantes sobre o assunto.

- Qual a frequência e em que contexto, o tema racismo emerge na universidade?

Considerando a relevância social desse assunto e o papel da universidade e de universitários em propor a discussão sobre esse e outros assuntos relevantes, buscou identificar os autores da iniciativa da discussão sobre o preconceito racial no ambiente universitário.

- Você já identificou racismo no contexto universitário?

O objetivo desse questionamento foi trazer o tema para uma esfera pessoal, possibilitando o compartilhamento de experiências vividas pelos colaboradores.

- Que tipo de percepção sobre o racismo vocês levarão para suas vidas profissionais, a partir do contato com a universidade?

Objetivou-se, apresentando esta questão, a exposição por parte dos participantes do papel da instituição e do convívio com os pares, da construção de soluções em um futuro profissional em contato com crianças.

- Que metodologia seria apresentada por você para introduzir o tema racismo com seus alunos?

Tendo contato com estratégias variadas para apresentação de conteúdos em sala de aula, buscou-se com essa proposta, ouvir a exposição criativa dos participantes sobre maneiras de abordar o tema com seus futuros alunos.

Representações Sociais dos participantes sobre o preconceito racial

Doise (1985, p.45) considera que as representações sociais são "... princípios geradores de tomadas de posição, ligadas a inserções específicas dentro de um conjunto de relações sociais". Essa concepção reafirma a ideia de que posicionamentos ideológicos e políticos, positivos ou negativos, resultam da participação do indivíduo em uma coletividade. Tais representações puderam ser observadas em, pelo menos, três aspectos que serão mencionados a seguir.

O posicionamento contra o racismo foi uma reação esperada nas falas dos participantes, pois expressar empatia por indivíduos vítimas de preconceito é uma atitude muito comum em pessoas que têm a oportunidade de revelar seus pontos de vista publicamente. De acordo com Turra & Venturi (1995), 90% dos entrevistados em uma pesquisa, negaram possuir preconceito racial. Os dados sobre racismo que, de maneira insistente, são veiculados nas mais variadas mídias pelo país, geram, inevitavelmente, uma reflexão sobre tal problemática no Brasil. Muito embora, de acordo com dados do IBGE, que apontam um crescimento em 2018 de alunos pretos e pardos em instituições de ensino superior públicas do país (50,3% do total de matrículas), ainda se cultiva a resistência a ações afirmativas que buscam diminuir as desigualdades nos ambientes universitários brasileiros. Naiff, Naiff e Souza (2009), em uma pesquisa que

envolveu alunos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), perceberam, junto aos estudantes desta instituição, a resistência majoritária à política de inclusão de negros em universidades públicas brasileiras a partir do sistema de cotas. Tal resistência baseou-se na noção da meritocracia, entendimento que propõe as recompensas e promoções a partir do esforço e mérito pessoal.

A situação se agrava em um contexto privado de ensino. Pagar pelos estudos, parece potencializar a noção de que o mérito é exclusivo daquele que possui o recurso financeiro para custear os estudos. Em uma pesquisa realizada por Amaral e Morais (2019), em uma Faculdade do interior de Minas Gerais, com alunos e professores daquela instituição, revelou-se a resistência em ofertar vagas exclusivas a partir do aspecto étnico-racial. De acordo com o estudo, 62,26% dos entrevistados não creem no sistema de cotas em instituições privadas como uma forma de diminuir as disparidades raciais no país, o que ainda revela a resistência de parte da sociedade em programas que visam a inserir os negros em espaços universitários, ambientes historicamente euro-centrados.

Assim, ficou claro e unânime o posicionamento dos participantes dessa investigação sobre o preconceito racial, apesar de, em suas falas, os alunos terem demonstrados níveis divergentes de conhecimentos sobre racismo.

Um dos participantes, por exemplo, associou o racismo à disputa por poder. Na sua fala, definiu: “É uma maneira de mostrar certo poder contra outra pessoa” (Participante 5). Esse colaborador apontou um aspecto relevante que deriva dessa discriminação, os conflitos entre camadas sociais distintas. Em sua obra, Mbembe (2014), ao afirmar a inexistência de divisão de raças, já que não existe do ponto de vista, natural, genético ou antropológico, classifica de “ficção útil” a diferenciação racial, que busca disfarçar, entre outras coisas, a luta de classes. Com um conceito semelhante, Munanga (2004) confirma a inexistência de fundamentos

biológicos para a classificação de raças entre os seres humanos, que tais tentativas escondem uma coisa não programada: a relação de poder e dominação.

Como mencionando na seção anterior, esses interesses antagônicos entre classes distintas na sociedade, essas tentativas de imposição de poder sobre o outro a partir da cor da pele ou da etnicidade, derivadas de uma compressão equivocada da diversidade dos seres humanos, têm consequências econômicas desde à época em que o Brasil, explicitamente, explorava a mão de obra escrava, mesmo depois da abolição. “Libertos da escravidão, libertariam os seus senhores do peso de sustentá-los, e embora já tornados sujeitos, continuaram como objetos de direito, trocando por farinha e feijão as fadigas diárias de seus corpos” (Nina, 2009, p.70). Assim, o racismo como um problema humanitário, também reverbera em questões econômicas até hoje. Ao que parece, persiste, no país, uma mentalidade escravocrata que, a partir da interpretação equivocada sobre diferenciação de raças, põe-se contra o negro brasileiro também numa perspectiva econômica. Dados de uma pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020) mostraram que a diferença salarial entre brancos e negros aumentou em 2019, atingindo o maior patamar desde 2016. Segundo a pesquisa divulgada, a renda média mensal dos negros equivaleu a 55,8% da dos brancos (ANASPS, 2020).

Os participantes da pesquisa demonstraram, em suas falas, que o racismo, embora em alguns momentos seja pouco compreendido do ponto de vista conceitual, está presente em suas realidades, ao ponto de experiências pessoais serem compartilhadas com o grupo no momento de reunião. O racismo foi apresentado como algo a ser combatido pela sociedade de modo geral, seja do ponto de vista biológico ou cultural.

Equívocos conceituais sobre o preconceito racial

Embora a fala de um dos alunos tenha revelado uma consciência socioeconômica do racismo, o que demonstra coerência com diversas derivações do preconceito racial, outros alunos demonstraram uma menor percepção sobre o que termo racismo realmente significa. Quando solicitados a expressar suas impressões sobre o tema, alguns participantes revelaram conceitos que se confundiram com outros sérios problemas sociais, mas que se diferenciam estruturalmente do racismo. Como exemplo disso, um dos afirmou: “Por exemplo, é... o pessoal que usa drogas. O pessoal que é gay ou que é... é... como é que eu posso falar? Eu esqueci agora a palavra. Mas, a comunidade em geral, né?” (Participante 1)

Ele classifica como racismo a discriminação vivida por usuários de drogas e homossexuais, que embora sejam problemas sociais sérios, não se aproximam conceitualmente desse problema. Outro participante também demonstrou insegurança sobre o sentido de tal palavra, quando perguntado sobre o tema ele se expressou:

É... racismo é uma palavra... porque todo aquela... a palavra que vai o “ismo” né? É uma coisa que vai pro extremismo, né? É... é quando as pessoas fazem de algo... sabe assim... uma... é... é... xô me expressar pra vê o que eu vou falar... porque o racismo é um coisa ruim. É uma coisa quando as pessoas... alguém se acha superior e vai querer ser melhor do que tal pessoa. É... seja na cor. Seja na raça. Seja na condição financeira. (Participante 4)

Nesse caso, o participante começa sua definição de racismo recorrendo a uma interpretação equivocada do sufixo *ismo*, presente no termo em questão, que de acordo com o colaborador, quando presente em palavras, dá uma conotação de negatividade, o que difere da maioria dos casos em que ocorre, pois é um acréscimo que transforma verbos em substantivos de ação (Gianastacio, 2009). Embora o participante faça referência à cor e à raça, compreensão equivocada, como já afirmou Mbembe (2014, p.27), “antes de mais, a raça não existe enquanto

facto natural físico, antropológico ou genético”, há uma inclusão do problema da desigualdade financeira no mesmo contexto da definição de racismo, o que afasta uma compreensão clara do sentido do termo. Ainda houve um equívoco conceitual sobre o tema do preconceito. Diante da proposta de definir o termo preconceito, um dos participantes informou: “ Na minha, a palavra preconceito é quando você não tem... assim... vê... é... pré... é uma coisa que vem antes. É quando você não tem um... certo conhecimento de determinado assunto e tira conclusões próprias. Eu acredito que é mais ou menos isso.” (Participante 5).

A despeito dessas percepções equivocadas, o tema do racismo foi considerado danoso e houve uma rejeição unânime sobre aquilo que eles entendem ser maléficos ao ser humano.

O olhar da universidade sobre o racismo

Os participantes começaram então a justificar a pouca informação sobre o tema, a partir de declarações que responsabilizavam a universidade pela falta de iniciativa ao tratar do assunto em sala de aula.

Quase unânimes, os colaboradores afirmaram que, embora compreendessem que o tema merece atenção especial, a universidade não o considerou com a mesma relevância em falas como as que seguem:

“Creio que haja um grande vácuo da universidade, no contexto de sala de aula, quanto a essa formação” (Participante 2).

“Eu não vejo iniciativa da faculdade em relação a isso! Eu vejo os próprios graduandos se mobilizando por que sofrem esse preconceito” (Participante 3).

Os alunos revelaram sua versão de que o tema racismo não tem feito parte da sua formação acadêmica, nem tem constado nas discussões promovidas pelos docentes em sala de aula. Esse coro, por parte dos estudantes, foi algo que realmente chamou atenção por ter um

tom de denúncia diante da inércia da universidade. É importante frisar que, embora a maioria dos participantes tenha apontado o silêncio da instituição como sendo algo que os incomoda e que esperavam, diante da demanda e relevância do tema, mais iniciativa por parte da Universidade, um participante opinou sobre a questão de modo dissonante dos demais colegas. Quando perguntado sobre a postura da instituição diante de tal assunto, o colaborador informou que,

A universidade propõe debates, palestras, discussões e temáticas acerca da temática, principalmente desconstruindo algumas ideias do senso comum, no que concerne a buscar compreender a cultura do negro e afrodescendentes e evitar dar juízo de valor para o que é desconhecido (Participante 4).

Essa opinião destoou da maioria dos colegas e apresentou um ponto de vista discordante sobre o papel da universidade em abordar o racismo, o que, pela subjetividade das interpretações, é razoável e não desconstrói as opiniões apresentadas durante a participação nas entrevistas.

Análise das representações sociais dos participantes

As entrevistas são, conhecidamente, uma maneira assertiva de adentrar nas representações de uma coletividade. O acesso às impressões coletivas, por meio das falas dos componentes de um grupo, propicia um conhecimento mais próximo daquilo que as pessoas possuem como resultado de suas vivências, "a entrevista em profundidade (mais precisamente a entrevista diretiva) constitui . . . um método indispensável a todo estudo sobre as representações" (Abric, 1994, p.55).

Assim, as entrevistas com os participantes revelaram ingredientes relevantes sobre suas impressões produzidas ao longo de suas vivências. Suas representações indicaram,

legitimamente, que há um caminho longo a ser percorrido por instituições e seus agentes no sentido de promover uma reflexão sobre o preconceito racial no Brasil.

Como já mencionado anteriormente, o brasileiro, embora consciente da existência do racismo como uma anomalia social, insiste em apontar o outro como o único portador de tal problema, como afirmou Schawarcz (1998, p. 155), "Todo brasileiro se sente uma ilha de democracia cercado de racistas por todos os lados". Para entender esse processo, recorreremos ao entendimento do fenômeno da projeção.

A projeção, de acordo com Pinto (2014), é um fenômeno psíquico, que essencialmente é o deslocamento para fora de paranoias e fantasias como método de autodefesa. Pode ser definida também com outros termos, a exemplo do usado por Bellak (1967), que prefere classificar como "externalização"; foi esclarecida por Freud (citado por Pinto, 2014) de maneira a dar sentido ao comportamento de indivíduos que buscam, não apenas em situações e conflito, externar percepções interiores de maneira defensiva:

Porém a projeção não é unicamente um meio de defesa. Podemos observá-la também em casos onde não existe conflito. A projeção para o exterior de percepções interiores é um mecanismo primitivo, ao qual [sic] nossas percepções sensoriais se acham também submetidas, e que desempenham um papel essencial em nossa representação do mundo exterior". (Freud, 1913/1948, citado por Pinto, 2014, p.454)

Esse fenômeno encontra consonância com a Teoria das Representações sociais, que são as manifestações simbólicas das subjetividades grupais, externadas por *dizeres* e *não dizeres*. As externalizações de um grupo podem revelar sua transferência de responsabilidade, de perspectiva ou de esperanças por aquilo que, por razões diversas, não puderam concretizar em suas próprias vivências. Ocupar o outro por algo a ser feito, é uma maneira de desocupar-se da tarefa a ser realizada.

Ao analisar as falas dos alunos participantes, percebeu-se a insistência em responsabilizar a instituição pela ausência de ações sobre o problema do racismo. Muito embora os estudantes de uma universidade estejam aptos a propor projetos e questionar o não envolvimento de docentes sobre determinado tema, os alunos projetaram, na instituição, a inércia que experimentam sobre o racismo sistêmico que se abate sobre a sociedade brasileira. Atribuem, à universidade, aspectos de transformação, que provavelmente lhes são próprios, mas resistem em reconhecer como sendo seus. O não agir revela a apatia que é, de acordo com Forman (2004), um mecanismo pelo qual essa desigualdade perdura em uma sociedade, gerando consequências visíveis e invisíveis nas vítimas que sofrem o preconceito. A ação e a omissão geram consequências semelhantes: a dor, em quem sofre e a perpetuação do racismo em uma sociedade que se recusa a admitir os erros que comete.

O processo e responsabilização do outro, especialmente no que diz respeito ao racismo, são danosos, pois desequilibram a luta pelo fim dessa mazela social. Se apenas militantes, leis e decretos, pretos e pretas estiverem envolvidos nesse processo de combate, esse problema não irá ter fim tão cedo. Embora o Estado tenha ferramentas únicas para combater racismo e racistas, cada indivíduo, consciente de sua condição de ser humano, responsável pelo bem-estar do outro, precisa estar atento à sua responsabilidade de conhecer e agir diante de qualquer ação ou omissão que provoque, no outro, a inferiorização por causa de sua cultura ou característica física. A compreensão que essa é uma luta do brasileiro, que descende de pretos africanos têm familiares descendentes ou se relaciona com indivíduos afrodescendentes, afinal convivemos em um mesmo país de pretos e pretas. Sobre isso, Glass (2012) aponta a educação como sendo um meio eficaz de desenvolver essa noção, que parte da humanização dos meios educacionais e aporta na humanização de indivíduos em qualquer ambiente social:

A finalidade da educação racialmente crítica e antirracista não é identificar e indiciar os racistas, mas sim permitir que cada pessoa assuma a responsabilidade para a

transformação da ordem racial sempre que ela afetar a sua própria vida. O objetivo é construir uma comunidade dentro da qual o diálogo e a ação racialmente crítica e antirracista prosperem. (Glass, 2012, 904)

Considerando que as participações orais dos colaboradores, educadores em formação, derivam de um ambiente universitário, de indivíduos que, em breve, atuarão como docentes em escolas de educação básica, surge um questionamento sobre a propagação, em sala de aula, do processo de autoformação, que gera autonomia e pensamento crítico, entendido como “processo de um caminhar para si, como possibilidade do assumir-se” (Franciosi e Dinorá, 2013, p. 8869).

Provenientes da Educação Básica, ceileiro de investidas liberais, muitos desses alunos carregam consigo, a ideia de manutenção, da preservação de valores e se estabelecendo na universidade, mantém seus pensamentos. Segundo Pacheco (2009), o termo conservadorismo aponta a busca pela manutenção e a continuidade da ordem estabelecida, abrindo mão do exercício do senso crítico e diminuindo assim, a possibilidade de ocorrer mudança, inovação ou transformação. Esse conceito identifica posturas sobre o racismo. Apontar culpados sobre a discriminação racial, em um país que enfrenta os sérios problemas relacionados à desvalorização dos pretos, é o combustível para a manutenção da discriminação dos negros no Brasil, portanto, uma postura conservadora, que tem como consequência a manutenção dessa mazela social, que se destina a mais da metade da população brasileira.

Longe de tentar rotular os estudantes, participantes da pesquisa de conservadores, a interpretação das falas aproxima-se de um pensamento estático, de transferência de responsabilidades, comum ao brasileiro que resiste às transformações.

Buscou-se, na tentativa de um aprofundamento sobre as representações dos participantes a respeito do racismo no ambiente universitário, a participação pictórica destes alunos, a partir da seguinte frase: “Eu, o racismo e a Universidade de Pernambuco”. Grassano

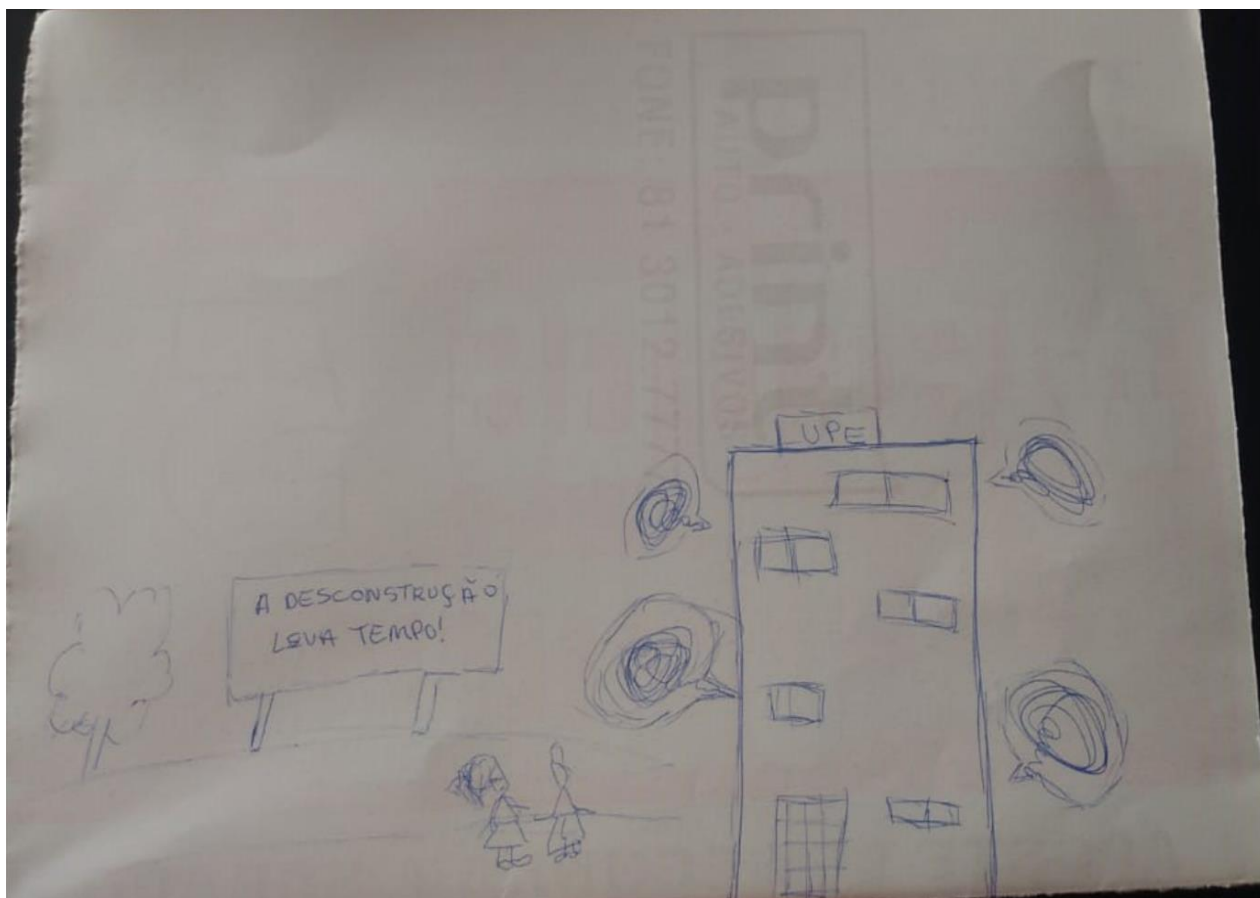
de Piccolo (1974) e Grassano (1977) demonstraram, na área diagnóstica, que os principais mecanismos de defesa podem aparecer nas produções gráficas. A partir dessa compreensão, solicitamos que desenhos fossem feitos pelos colaboradores, que expressassem suas impressões sobre a frase sugerida. A seguir, serão apresentados alguns dos desenhos dos participantes que concordaram em transformar seus pontos de vista sobre o assunto abordado em desenhos.

Figura 1



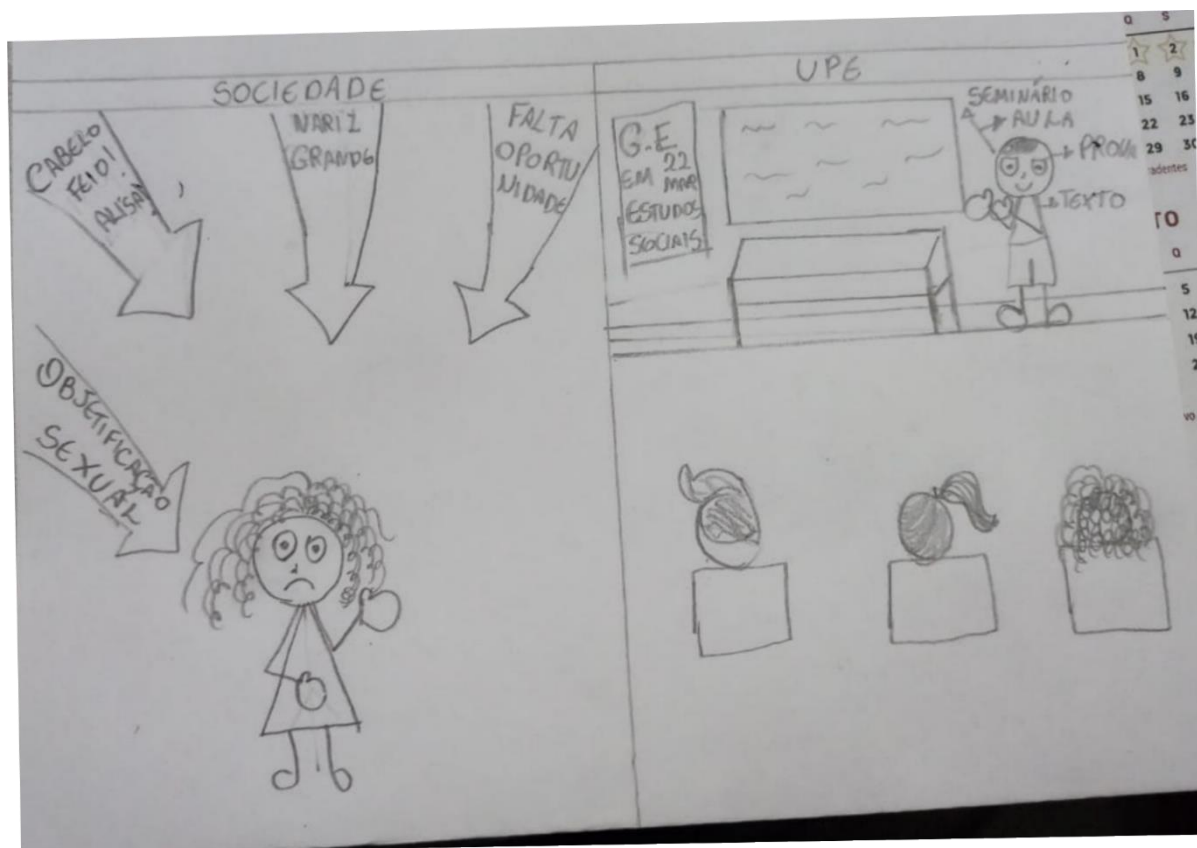
Na figura 1, pode-se perceber, explicitamente, a expectativa do estudante sobre o papel da universidade do ponto de vista social e o questionamento que propõe o diálogo no ambiente universitário sobre o racismo. A figura, que apresenta a estrutura física do Campus Universitário, ainda faz referência a uma placa indicativa que aponta para o racismo, no mesmo caminho em que apresenta um setor desativado.

Figura 2



No desenho 2, surgem balões de fala que aparecem das janelas de um prédio universitário com rabiscos ilegíveis. Do lado de fora, dois personagens aparecem junto de um letreiro com a seguinte frase: “A desconstrução leva tempo”. O tema refletido não aparece nos balões de diálogos vindos da instituição, considerando a frase apresentada como proposta para os desenhos: “Eu, o racismo e a UPE”, o “Eu”, o racismo e a universidade, parecem permanecer em ambientes distintos, separados por expectativas e abordagens.

Figura 3



No desenho 3 do participante apresentado anteriormente, aparecem dois quadros que sugerem divisões de expectativas. Enquanto no primeiro quadro, a representação do “Eu aluno” que está só e lida com conflitos relacionados à sexualidade, estética corporal e falta de oportunidades, o outro quadro apresenta uma sala de aula, cuja abordagem é puramente acadêmica. O rosto do “Eu aluno” revela frustração pela falta de sintonia entre suas demandas pessoais e profissionais e as demandas da universidade.

Figura 4



No desenho 4, mais uma vez o racismo não aparece registrado no interior da universidade. Há a representação de um diálogo entre alunos, definindo-o como “bizarro” e sugerindo que a informação é uma maneira de começar a mudança necessária. Também fora da universidade, um personagem aparece longe dos alunos que discutem o tema informalmente e longe do ambiente universitário, sugerindo solidão? Abandono? Indiferença?

Nas representações gráficas realizadas pelos alunos participantes, há a reafirmação da não existência do diálogo na instituição sobre o racismo. Em todos os desenhos, os estudantes são apresentados fora da universidade e, em alguns deles, há denúncias explícitas sobre a ausência desse assunto no referido contexto. Além disso, em pelo menos duas imagens, existem representações que apontam para as abordagens puramente acadêmicas, enquanto temas de

relevância social, como o racismo e a objetificação da sexualidade ficaram de fora das discussões acadêmicas.

Representação social da universidade

Na noite de 22 de abril de 1993, Stephen Lawrence, com 17 anos naquela ocasião, foi esfaqueado por um grupo de jovens brancos num crime com motivação racista; ele faleceu antes de chegar à ambulância. Os policiais que chegaram ao local do crime presumiram tratar-se de um “ajuste de contas entre negros” e não perseguiram os suspeitos nem recolheram provas cruciais, levando ao falhanço da investigação policial. O relatório Macpherson (1999), que recebeu o nome do agente que reportou inquérito sobre a atuação da polícia britânica, considerou a força policial “institucionalmente racista” (Araújo, 2019).

Como não poderia ser diferente, o racismo sistêmico, atua em pessoas e instituições. Indivíduos revelam seus racismos de maneira explícita ou velada e esses indivíduos, compondo a formação de empresas, organizações ou instituições públicas, transferem para esses organismos, suas representações que, inevitavelmente, tornam esses aglomerados sociais, organismos racistas, em diferentes níveis de ação ou omissão. Assim, As instituições, também se tornam responsáveis por disseminar o racismo na sociedade brasileira. De acordo com Jaccoud, (2009) O racismo institucional:

Não se expressa em atos manifestos, explícitos ou declarados de discriminação (como poderiam ser as manifestações individuais e conscientes que marcam o racismo e adiscriminação racial, tal qual [sic] reconhecidas e punidas pela Constituição brasileira). Ao contrário, atua de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações, que operam de forma diferenciada na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes segmentos da população do ponto de vista racial. Ele

extrapola as relações interpessoais e instaura-se no cotidiano institucional, inclusive na implementação efetiva de políticas públicas, gerando, de forma ampla, desigualdades e iniquidades (Jaccoud, 2009, p. 157).

Assim, além do racismo ambivalente (Katz, Wackenhut e Hass, 1986), do racismo simbólico de Kinder e Sears (1981), do racismo estrutural conceituado por Almeida (2019), ou ainda do racismo cordial, apresentado por Pacheco (2011), existe o racismo institucional. Tal conceito foi cunhado pelos ativistas do grupo Panteras Negras, Stokely Carmichael e Charles Hamilton, em 1967, em um contexto de luta pelos direitos civis e com a implementação de políticas de ação afirmativa, como sendo capaz de produzir "a falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica" (Carmichael e Hamilton, 1967, p.4).

Sobre essa modalidade de racismo, Silva (2009) afirma que atua de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações, que opera de forma diferenciada na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes segmentos da população do ponto de vista racial. Ela extrapola as relações interpessoais e instaura-se no cotidiano institucional, inclusive na implementação efetiva de políticas públicas, gerando, de forma ampla, desigualdades e iniquidades (Silva, 2009).

Não há imunidade em instituições, sejam elas quais forem. A sociedade está contaminada pelas formas mais sutis do racismo. Tragicamente, essa modalidade do preconceito racial chega às instituições ligadas à educação, adentra o ambiente acadêmico, dos pequenos e dos grandes, na Educação Básica e na Universidade. É necessário compreender que a formação de conceitos e impressões sociais, desenvolve-se por ações explícitas, coordenadas ou por omissões propositais e irresponsáveis. A inércia configura atentado, quando há consequências provenientes desse estado de omissão. É relevante mencionar como o Artigo 4º do código penal brasileiro, (Brasil, 1984) considera crime o fazer e o não fazer. Lá, a lei

menciona os crimes comissivos, derivados de uma ação e os crimes omissivos, provenientes da letargia do agente diante do ilícito. Longe de querer enquadrar o silêncio da universidade na categoria de crime, o texto legal foi mencionado, aqui, a fim de demonstrar que a inércia, o silêncio parcial ou absoluto, o não fazer diante da responsabilidade de agir, também é colaborar para a prática da ilegalidade. Assim, tomando emprestados os termos legais, é comissivo o racismo que age para discriminar explicitamente o indivíduo a partir de suas características físicas ou culturais e é omissivo, o que deixa de agir, diante da responsabilidade de fazê-lo.

Há, seguramente, avanços legais que buscam combater o racismo no Brasil e, conseqüentemente, conscientizar a população sobre seus malefícios e conseqüências nos diversos meios sociais do país. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, declara que "a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei" (Brasil, 2019, p. 20). Não é essa carta legal que inaugura a tentativa de coibir tal situação no Brasil. Em 1967, há, na constituição daquele ano, um posicionamento legal sobre o crime de racismo, a ser punido pela lei. (Brasil, 1967)

As leis foram, a partir de então, buscando fazer o seu papel de coibir tal prática e propor a reflexão sobre o preconceito racial e suas raízes na escravidão em ambientes mais específicos, até chegarem a ambientes educacionais. A educação básica foi beneficiada com uma determinação legal como propõe a Lei 10.639/2003, obrigando o ensino de História da Cultura Afro-brasileira, no entanto, ainda não existe obrigatoriedade legal para o ensino desse conteúdo no ensino superior. Existe, no entanto, pareceres que devem ser observados e seguidos pelas licenciaturas. Como exemplo desses, está o Parecer CNE/CP 3/2004 que propõe inclusão de discussão da questão racial como parte integrante da matriz curricular, tanto dos cursos de licenciatura para Educação Infantil, os anos iniciais e finais da Educação Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, como de processos de formação continuada de professores, inclusive de docentes no Ensino Superior (Brasil, 2004).

Esse parecer responsabiliza as universidades e faculdades que possuem, em seus conjuntos de graduações, os programas de formação de professores, de tratar o tema do racismo no Brasil em seus currículos, dando atenção especial, como propõe o parecer, a licenciaturas para Educação Infantil.

Especificamente, é proposta da Universidade de Pernambuco, Campus Petrolina, formar um profissional que tenha o perfil “capaz de compreender a realidade, de agir no sentido de modificá-la e de responder eticamente às necessidades emergentes da sociedade na contemporaneidade” (UPE).

Não há dúvidas que uma necessidade urgente da sociedade, um olhar crítico para as questões raciais que esse profissional enfrentará em um contexto profissional, afinal, está sendo formado para lidar com crianças e adolescentes, pois “compreende-se que o professor de educação infantil é de grande importância na vida das crianças que estão ingressando na escola e, como consequência disso, a formação desse professor aparece como ponto chave e de grande importância neste contexto educacional” (Camargo, Biagini & Corrêa, 2018).

O programa de disciplinas apresentado no site da Universidade de Pernambuco, Campus Petrolina, contexto em que aconteceu a investigação, traz, na disciplina Educação e Multiculturalismo (UPE), a abordagem da questão racial no Brasil, entre os tópicos apresentados nesse programa estão, entre outros, os seguintes conteúdos programáticos:

- Pluralismo cultural na escola Cultura, diversidade cultural e educação.
- Étnica e cultura - Mito, comunidade e bricolagem.
- O papel dos meios de comunicação na educação.
- Diversidade e a exclusão social. - Educação a distância
- Ações afirmativas e o racismo no século XXI - Fases do racismo

- Movimentos sociais - O racismo na África, no EUA e no Brasil. Intervenções e Políticas Públicas - Ações e intervenções governamentais - Ações governamentais e da sociedade na educação. - Ações compensatórias - Leis punitivas A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da lei 10.639/03 - A lei 10.639/03 e seus impactos nas subjetividades de negros e brancos.

A abordagem sobre questões raciais, provavelmente, foi apresentada em sala de aula, já que a disciplina Educação e Multiculturalismo propõe tratar tais assuntos junto aos estudantes. No entanto, as declarações dos alunos revelam a necessidade de aprofundamento no tema que a universidade deixou a desejar. A falta de lembrança dos participantes da pesquisa, talvez, indique a superficialidade com os recortes temáticos propostos na disciplina, especialmente aqueles que tratam da discriminação racial no país, considerando a sua relevância, foram abordados no momento da apresentação da disciplina. O que ocorre, aqui, é o que Lopes (2012) classifica como ausência parcial de reflexões, aborda-se o tema, mas de maneira insuficiente, gerando a sensação de incompletude nos envolvidos no processo de aprendizagem. Ainda, de acordo com o autor, esse silêncio parcial, pode estar relacionado às dificuldades de as instituições reconhecerem esses mecanismos e se autoexaminarem como (re)produtoras de racismo.

O participante 1, a exemplo disso, afirmou, em determinado momento, que os alunos buscam tratar esse assunto, propondo discussões em eventos, mas que não percebe a iniciativa dos agentes promotores da universidade para tratar o tema com mais frequência:

Mas, esses temas são mais discutidos mesmo, nos eventos da universidade... quando tem... que aí a gente vai propondo os temas. E aí, vai abordando diversas temáticas, e aí sim, pode ser que a gente discuta esses temas de uma forma mais específica. Mas, em sala de aula não. Isso não acontece. (Participante 1)

Outra colaboradora admitiu a possibilidade de discutir esse assunto em sala de aula, mas classificou como “raríssimas”, as vezes em que o tema racismo foi centro de discussões nessa instituição: “É... o contato que a gente teve... pelo menos assim... que eu lembre de discussão em sala, foram raríssimas” (Participante 2).

O não falar, o não dizer gera uma sensação de confusão, provocada pelo silêncio, que confunde os que não ouvem, mas suspeitam e esperam ouvir. As falas dos participantes demonstram, pelo menos, que o Estado, na figura da universidade, tem preservado uma inércia sobre um tema que é de crucial importância na formação de professores no Brasil.

O antropólogo e professor da Universidade de São Paulo, Kabengele Munanga, declarou, em um evento sobre discriminação racial, o seguinte: o silêncio e o não dito sobre o racismo brasileiro marcam o preconceito da educação e da formação da cidadania em todas as direções. Como escreveu Eliane Cavalleiro, esse silêncio começa no lar e se prolonga na educação infantil, desde a escola (Munanga, 2019).

O silêncio que paira sobre a sociedade brasileira, e especialmente, em ambientes educacionais, revela a apatia que faz com que racismo se perpetue pela inércia e indiferença. Assim, o Brasil vive uma situação de apatia a respeito desse sério problema. A apatia, sentimento de indiferença por algo ou por alguém, de acordo com Forman (2004) é um mecanismo pelo qual a desigualdade racial perdura em uma sociedade, gerando consequências visíveis e invisíveis nas vítimas que sofrem o preconceito. Como denuncia Santos (2014, p. 589), “o cenário das desigualdades no Brasil é perverso e muito objetivo, seja na invisibilidade sobre como tais questões são abordadas, seja na indiferença em como os indivíduos negros são tratados”.

O silêncio, assim como o falar, sugere posicionamentos que precisam ser interpretados, seus significados indicam sentimentos e posturas. Orlandi (2007) propõe variações do silêncio que indicam suas causas e suas representações. De acordo com a autora, pode ser resultado da

imposição, impedindo alguém de expressar-se por medo de dominação. Ainda, de acordo com a autora, a segunda forma do silêncio deriva da proposição, que evidencia resistência e autodefesa. Interessa saber que tipo de motivação tem promovido o silêncio da universidade sobre o racismo.

Vala e Pereira (2012) propõem que o racismo pode ser organizado em duas dimensões. A primeira dimensão é o biológico, quando a ideia de “raça” (divisão de caracteres físicos) torna-se uma representação desenvolvida pelas pessoas, a fim de categorizar os indivíduos. Os traços físicos de uma pessoa, seus contornos corporais, o formato de órgãos do rosto, a cor da pele ou ainda, a textura do cabelo, tornam-se elementos de discriminação, razões para o portador do preconceito, sentindo-se superior rejeitar o outro ser humano sob o pretexto da inferiorização estético-visual. Sobre isso, Foucault (1998) propõe a ideia de uma luta em um sentido biológico, que deriva da ideia do evolucionismo. Essa guerra, segundo o autor, buscaria as diferenciações das espécies, a seleção do mais forte e a conservação das raças melhores, estabelecendo, em um sentido social, inevitavelmente, uma polaridade, um tipo de fratura binária que se desdobraria no surgimento da noção de uma “super-raça e uma sub-raça” (Foucault, 1998, p. 56).

Sobre o racismo biológico, alguns dos participantes da pesquisa revelaram momentos em que suas características físicas se tornaram objetos de preconceito, um deles, no próprio ambiente familiar:

Então, eu já sofri... já sofri preconceito, por causa... por conta do meu cabelo. Principalmente assim... da família... Isso. Principalmente assim da família... das minhas irmãs, elas... elas não me aceitarem e quando... é... quando eu resolvi realmente mudar meu cabelo cacheado como ele era... a família também... foi um saco, entendeu?

Mas, hoje... elas... elas se aceitaram mais e eu me aceitei mais... então tá tudo mais tranquilo, mas eu sofri muito preconceito por conta disso. Tanto aqui no interior, na zona rural, quando eu cheguei na cidade também. (Participante 3)

Ao ouvir o participante revelar o preconceito sofrido em decorrência da estética do cabelo, outro colaborador também informou um momento em que sua aparência física foi interpretada por alguém como imprópria, inadequada, configurando o racismo em decorrência da estética corporal:

Pego o gancho de [...] (cita uma participante) e digo também que já passei por algumas situações na família. Não só na família, por causa do meu cabelo, mas também fora de casa, viajando pra eventos da própria universidade e situações esporádicas, assim... fora do ambiente universitário... de virar até piada mesmo... pra turista. O cara chegar e dizer “não tem tesoura onde vocês moram não? Vocês não têm tesoura, não? (Participante 2)

É relevante a observação dos participantes ao mencionarem o cabelo como elemento de atração da discriminação. Nisso se constata a dualidade do racismo que o preto enfrenta no Brasil. As características físicas atraem a discriminação sobre os pretos e, portanto, tornam-nos vítimas do racismo biológico. Como se não bastasse, ao assumir seus cabelos crespos, marca pertencente aos afrodescendentes, ou ilustrá-los com acessórios ou penteados comuns a essa característica de cabelos, esses indivíduos tornam-se vítimas de outra modalidade, o racismo cultural. Embora alguns adultos tenham mencionado o aspecto estético do cabelo como tendo sido elementos de atração do racismo, crianças, em sua trajetória escolar, têm sido estigmatizadas por possuírem uma característica de cabelo que difere do padrão estabelecido pelo ocidente. Confirmando esta observação, Gomes (2002) afirma que:

Para essas pessoas, na sua maioria mulheres negras jovens e adultas, na faixa dos 20 aos 60 anos, a experiência com o corpo negro e o cabelo crespo não se reduz ao espaço da família, das amigas, da militância ou dos relacionamentos afetivos. A trajetória

escolar aparece em todos os depoimentos como um importante momento no processo de construção da identidade negra e, lamentavelmente, reforçando estereótipos e representações negativas sobre esse segmento étnico/racial e o seu padrão estético. (Gomes, 2002, p.41)

O racismo cultural é, portanto, o preconceito que ataca a etnicidade, estética ou o comportamento, gerando um fato gerador de desvalorização do outro. Almeida (2018) confirma essa diferenciação entre os “racismos”, afirmando que a noção de raça, opera a partir de dois registros básicos que se cruzam e complementam: como característica biológica, em que a identidade racial será atribuída por algum traço físico, como a cor da pele, e como característica étnico-cultural, em que a identidade será associada à origem geográfica, à religião, à língua ou a outros costumes, entre eles, aos aspectos estéticos como uso de *Dreads*, tranças ou *twists*.

O racismo cultural, portanto, propõe a ideia descabida de uma superioridade cultural de um grupo sobre outro, fenômeno que, no Brasil, é infelizmente muito recorrente.

Durante os contatos com os participantes, surgiu a menção de um dos colaboradores, de uma aluna que é adepta do candomblé. As abordagens sobre este fato, geraram certo excesso de cuidado ou reticências por parte de alguns dos entrevistados, incomuns, ao se tratar de uma outra religião.

Ao tratar da frequência com que o tema é abordado, a participante 3, expressou-se desta maneira:

Tive na disciplina... acho que foi multiculturalismo. Porque assim... é... uma das alunas apresentou... fez uma apresentação sobre o candomblé e... a apresentação dela foi maravilhosa. Eu enquanto cristã protestante... me senti muito... não sei expressar a palavra, mas... o trabalho que ela apresentou foi de extrema importância e foi muito

interessante, porque teve coisas que eu não sabia e não conhecia. Principalmente pelo meu pré-conceito, hã... com... a religião. Foi bem interessante. (Participante 4)

O candomblé, religião de origem africana, é apresentado pela aluna em oposição à religião cristã protestante. Essa visão de desprezo pelas manifestações culturais de origem africana é sistêmica na sociedade brasileira. Houve uma construção dessa postura preconceituosa que surgiu num contexto em que a Igreja Católica Romana tinha uma influência religiosa e política na sociedade brasileira em formação; a Igreja disseminou uma visão antagônica entre cristãos e adeptos das religiões africanas que é histórica no Brasil. Berkenbrock (2016) afirma que, já no período republicano, a Igreja Católica definia as religiões afros como esdrúxulas, banais e supersticiosas.

Assim, essa rejeição pelas práticas religiosas provenientes da África, que em algum momento foi explícita e legal, influenciou toda sociedade, inclusive outras denominações religiosas ao longo da história, já que “as práticas religiosas africanas eram consideradas manifestações de magia ou feitiçaria, e passíveis de punição pelo código canônico e perseguidas pela igreja e pelas autoridades” (Fernandes, 2017, p.117).

O participante 1, revelou o sentimento da aluna, adepta do candomblé, em relação aos colegas de outras denominações religiosas:

. . . ela falando que ia fazer o TCC dela sobre isso e eu incentivando, faça porque é muito importante pra você e tal... pra sua comunidade. E aí ela falando que tinha medo, porque a... a questão é... o pessoal da turma quando ela apresentava trabalho e citava alguma coisa do candomblé... as pessoas, geralmente os evangélicos da... da turma... ficava olhando pra ela com a cara assim... tipo... é... desfazendo da religião dela, entendeu? (Participante 1)

O mesmo participante, ao definir sua relação com a colega adepta do Candomblé, insiste em deixar claro sua boa relação com a referida aluna: “Essa colega mesmo que a gente tá

falando... do candomblé. Eu converso com ela bastante, porque eu gosto muito dela. Eu sou muito próximo a ela. É... e aí assim...” (Participante 1).

Interpreta-se aqui, a tentativa de mostrar a dificuldade que possui a aluna adepta do candomblé, de se relacionar com outros alunos em decorrência de sua opção religiosa.

A rejeição da religião africana enquadra-se na definição de Vala e Pereira (2012), de Racismo Cultural. Esse pode não acontecer necessariamente de maneira explícita, mas se percebe nas representações sociais que revelam medo, desconhecimento e afastamento, como esse que pode ser percebido nas falas dos participantes dessa pesquisa. Como exemplo disso, um dos participantes da pesquisa revela sua opção religiosa, o candomblé, ao mesmo tempo em que expressa seu descontentamento com a reação de colegas da faculdade, que ele classifica como preconceito:

Eu sofri bastante... discriminação dentro da faculdade. ... Porque sinceramente, o racismo... ele é um... um conjunto, né? Ele não é só uma questão de raça... E aí, aquele preconceito de... de colegas... de turma... de colegas de outras turmas... você já via aquele lado de querer de... de exclusão... Entendeu? ...Eu também participo de candomblé também. Tá entendendo? Eu sou Ogum, filho de Ogum, entendeu? E... a pessoa... do candomblé, ela acha que o candomblé é uma seita. É não sei o quê... é não. É uma cultura africana. (Participante 5)

Os comentários do participante denunciam, ao mesmo tempo, um enfretamento pessoal do racismo, aliado à sua dor de sofrer esse preconceito e o desconhecimento a respeito desse termo que, predominantemente, está associado à cor da pele. Muito embora exista a percepção da pluralidade do termo racismo, que está ligado às características físicas e aos comportamentos culturais, parte dos alunos limita a significância da expressão ao aspecto físico do termo.

Quando perguntados a respeito de quais percepções do racismo seriam levadas por eles à sala de aula, quando puderem atuar como profissionais, as respostas tendem a associar as ações às questões da coloração da pele: “Eu acho que seria importante falar que o lápis rosa claro, não é cor de pele... seria bastante importante”. (Participante 3)

Eu acho... Então é... no meu estágio um, que é o estágio da educação infantil... é... eu tive uma experiência bem interessante, porque... foi... o meu estágio foi na... na época de novembro e aí nós resolvemos fazer um projeto sobre a consciência negra, né? (Participante 2)

“É... a primeira foi que minhas alunas negras que me veem com o cabelo solto ou que me veem de turbante dando aula...”. (Participante 5)

É importante entender o racismo a partir da percepção do indivíduo que cultiva o preconceito. A cor da pele não é a única característica que leva o racista a sentir-se superior ao outro. Indivíduos que autodeclararam brancos sofrem por razões diversas, seu modo de falar, sua religião, seu local de nascimento. O participante que denunciou preconceito na universidade por parte dos colegas, por seguir uma religião de matriz africana, quando perguntado sobre como se declarava em relação à sua cor, ele respondeu que se declarava branco. Nesse caso, o racismo se deu por sua opção religiosa e não pela cor de sua pele. Confirmando isto, Munanga (2003) afirma:

O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, lingüísticos, [sic] religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. (Munanga, 2004, p. 7)

O indígena é discriminado pela sua cultura, suas crenças, seus rituais, portanto, vítima do racismo cultural. O oriental por seus traços físicos, classificado como “amarelo”, conseqüentemente, vítima do racismo biológico. No entanto, o negro sofre os dois tipos de

racismo, por reunir, em sua aparência e em sua culturalidade, elementos que são rejeitados por parte da sociedade. Sua cor e sua cultura são sistemicamente tratadas, explícita ou implicitamente, como inferiores, afrontando a igualdade defendida pela Carta Magna do país que em seu Artigo 5º, afirma: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (Brasil, 2019). A expectativa de algumas pessoas em padronizar a cultura e os comportamentos, contradiz a ideia de igualdade. Viver em harmonia com as diferenças, sejam elas físicas ou culturais, é a única maneira de promover a igualdade defendida como Lei pela Constituição Federal, afinal, como afirma Munanga (2004, p. 7):

A igualdade supõe também o respeito do indivíduo naquilo que tem de único, como a diversidade étnica e cultural e o reconhecimento do direito que tem toda pessoa e toda cultura de cultivar sua especificidade, pois fazendo isso, elas contribuem a enriquecer a diversidade cultural geral da humanidade.

A escola será um ambiente onde esses profissionais terão que lidar com a realidade o racismo. Eles foram perguntados sobre isso, como lidariam com tais situações. Suas respostas apontaram para uma reação, a partir de técnicas educacionais, o que revela consciência de um complexo embaraço e a postura do educador no enfrentamento ao racismo: “Eu falaria sobre a formação da personalidade da criança e depois da identidade da criança por meio da literatura infantil”. (Participante 3)

A partir da convicção de que o exercício da leitura possibilita o acesso à descoberta de valores, o colaborador entende que o enfrentamento ao racismo se dá pelo contato com a leitura especializada, que produz autoconhecimento e revela o outro no contexto diverso da escola: “Eu acho que religião seria uma abordagem interessante E... as condições de trabalho”. (Participante 1)

Além das condições de trabalho, consequência que deriva da escravidão, o racismo cultural é uma divisão baseada na origem e ancestralidade dos indivíduos; é um fator gerador

de desvalorização do outro, assim como a origem geográfica, a religião, a língua ou outros costumes, é visto por esse participante, como uma abordagem necessária para crianças em seu contexto escolar. Essa visão abre possibilidades para trazer, ao ambiente escolar, outros tipos de preconceitos que igualmente desvalorizam as crianças por sua diversidade cultural: “Eu trataria de representatividade e a influência da publicidade e da indústria cinematográfica”.

A flagrante ausência de pretos e pretas em produções midiáticas é a abordagem proposta por esse participante. Muito facilmente identificável, a maioria dos brasileiros não é representada nos programas de TV ou nos filmes nacionais, o que gera confusão e questionamentos a serem trazidos para a sala de aula: “Apresentações teatrais e também desenhos artísticos.”; “Eu acho que eu trabalharia também a questão da literatura infantil e com... música africana”.

De acordo com esses participantes, a arte é uma maneira de trazer, ao contexto escolar, o racismo que desvaloriza pessoas. A arte, que faz a imaginação prosperar, produz resultados satisfatórios, capazes de modificar realidades. Como propõe Girardello (2011, p.76):

A imaginação é para a criança um espaço de liberdade e de decolagem em direção ao possível, quer realizável ou não. A imaginação da criança move-se junto — comove-se — com o novo que ela vê por todo o lado no mundo. Sensível ao novo, a imaginação é também uma dimensão em que a criança vislumbra coisas novas, presente ou esboça futuros possíveis.

A escola é um espaço onde racismo e racistas precisam ser combatidos. As orientações, as sugestões, as propostas apresentadas, pelos graduandos em Pedagogia, ajudarão os indivíduos, em idade de formação, a entender melhor que existe, no país, uma batalha a ser combatida; conscientizar-lhe-ão, que, mesmo entre colegas de sala, há os que foram alcançados pelo preconceito e precisam de transformação de pensamento, pois de acordo com Feitosa (2012, p. 220),

Para muitas crianças negras, a escola se configura como um espaço no qual as mesmas são discriminadas pelos seus pares. Apelidos e xingamentos de cunho racista são partes integrantes do cotidiano da criança negra na escola, ou seja, sua integração neste ambiente se dá mediante os conflitos raciais que as inferiorizam e humilham constantemente, de maneira explícita e muitas vezes com anuência ou silenciamento dos profissionais da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Era tarefa desta investigação acessar as representações sociais de graduandos em pedagogia da Universidade de Pernambuco. Esse objetivo geral, juntamente com aqueles que propunham perceber a relação da instituição com o tema e ouvir se havia propostas que pudessem colaborar com a atuação profissional desses estudantes sobre o preconceito racial, foram alcançados e expostos no corpo desse trabalho. Os resultados mais relevantes acessados junto aos participantes foram exatamente o unânime posicionamento dos participantes contra o preconceito racial, conceitos estruturais sobre o racismo que se confundiram com outros sérios problemas sociais, mas que se diferenciam estruturalmente do tema racismo, e acordo com os estudantes, Universidade não considera o tema com a relevância que deveria e as externalizações do grupo, que revelaram certa transferência de responsabilidade para a instituição.

Os encontros online, em razão da necessidade do afastamento social, mostraram-se, no primeiro momento, uma barreira a ser transposta. No entanto, o êxito se deu pelo envolvimento dos participantes que, desde o início, mostraram-se solícitos em colaborar com a pesquisa. Espera-se que este estudo seja relevante para a comunidade educacional, já atuante, a fim de conscientizá-los sobre o papel da universidade no tratamento do racismo e perceber quais representações carregam os futuros profissionais de educação para crianças.

O futuro aguarda ações elaboradas dos graduandos em Pedagogia da Universidade de Pernambuco. Conscientes do problema que os rodeia, atentos e vítimas do racismo que invade as instituições acadêmicas, atores, protagonistas ou figurantes, do racismo sistêmico da sociedade brasileira, esses profissionais do amanhã têm propostas para combatê-lo em seus redutos de trabalho, nas escolas onde atuarão como profissionais de educação, lidando com crianças ao final de suas graduações, pois mesmo entre crianças, o racismo, ficção complexa dos humanos, encontra lugar para fazer o que faz com os adultos, desumanizá-los.

A dualidade interpretada a partir das afirmações dos participantes é ao mesmo tempo preocupante e alentadora. Preocupante, pois aponta para uma insistência da transferência no Brasil, de responsabilizar o outro pela falta cometida por todos. O outro, autor como o “eu”, torna-se o responsável pela mudança esperada, e essa postura, já denunciada anteriormente, faz permanecer a conduta de omissão sobre o preconceito racial. No entanto, é animador o aluno licenciando perceber a existência do racismo, mesmo em ambientes universitários, pois é a partir dessa identificação que a denúncia motivadora da transformação nesses ambientes iniciará. Ainda mais, perceber posições e propostas que, em um futuro breve, poderão ser aplicadas em contextos educacionais com crianças, promovendo uma conscientização para uma geração que poderá comportar-se de maneira diferente no futuro.

Consciente de que esta dissertação não encerra o tema, restam propor outras investigações sobre o racismo em ambiente universitário, especialmente sobre as experiências pessoais vividas por alunos, experiências essas que os afligem e geram marcas emocionais; a ciência tem o dever de investigar e de propor soluções.

Referências

- Abric, J-C. (1994a). Les représentations sociales: aspects théoriques. In J-C. Abric (Ed.), *Pratiques sociales et représentations* (pp. 11-35). Paris: Presses Universitaires de France.
- Abric, J.C. (1994b) Méthodologie de recueil des représentations sociales. In J-C. Abric (Org.) *Pratiques Sociales et Représentations*. (p. 55) Paris: Presses Universitaires de France.
- Abric, J-C. (1994c). Las representaciones sociales: Aspectos teóricos. In J-C. Abric (Ed.), *Prácticas sociales y representaciones* (pp. 11-32). Paris: Presses Universitaires de France.
- Alcaraz, R. D. C. M. (2017). Resenha [Resenha do livro Educação: um pensamento negro contemporâneo, por S. A. dos Santos]. *Revista Brasileira de Educação*, 22(69), 589-591. Doi: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782017226929>
- Almeida, S. L. (2018). O que é racismo estrutural? Belo Horizonte MG, Letramento
- Amaral, D. R. B. Morais, K. R. (2019) Sistema de cotas étnico-raciais em instituições particulares de ensino superior. *Revista Multidisciplinar*, 16(1). Recuperado de http://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/654/469
- Amatuzzi, M. M. (2009). Psicologia fenomenológica: uma aproximação teórica humanista. *Estudos de psicologia*, 26(1), 93-100.
- Anasps – Associação Nacional dos Servidores Públicos da Previdência e da Seguridade Nacional. Aumenta desigualdade entre brancos e negros, diz IBGE. Publicado em 07 de maio de 2020. Acessado em 06 de setembro de 2020 <https://www.anasps.org.br/aumenta-desigualdade-salarial-entre-brancos-e-negros-diz-ibge/>

- Araujo, M. (2019) À procura do “sujeito racista”: a segregação da população cigana como caso paradigmático. *Cadernos do Lepaarq*, 16(31). p. 147-162. Doi: <https://doi.org/10.15210/lepaarq.v16i31.14940>
- Barbosa, M. R. J. (2016). A influência das teorias raciais na sociedade brasileira (1870-1930) e a materialização da Lei no 10.639/03. *Revista Eletrônica de Educação*, 10(2), p. 260-272,
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70
- Bellak, L. (1967). Sobre los problemas del concepto de proyección. in Abt, L. E. & Bellak, L. *Psicologia proyectiva*. Buenos Aires: Paidós.
- Bethencourt, F. & Pearce, A. (2012). *Racism and Ethnic Relations in the Portuguese-Speaking World*. NY: Oxford University Press.
- Berkenbrock, V. (2016) A relação da igreja católica com as religiões afro-brasileiras anotações sobre uma dinâmica. *Religare*, 9(1), p. 17-34
- Bonilha, T. P. (2012). *O "não-lugar" do sujeito negro na educação brasileira* (Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas). Recuperado de <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/250937>
- Carmichael, S., Hamilton, C. (1967) *Black power: the politics of liberation in America*. New York: Vintage.
- Conselho Nacional de Educação. (2004). Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>
- Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Currículos e Educação Integral. (2013). *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>

- Conselho Nacional de Saúde. (2016). Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Recuperado de <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>
- Brasil. (2019). Constituição da República Federativa do Brasil [PDF] (54ª ed.). Recuperado de https://livraria.camara.leg.br/index.php?route=product/product&product_id=243
- Brasil. (2008). Lei Nº 11.645, de 10 março de 2008. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm
- Brasil (1937) DECRETO-LEI Nº 93, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1937
- Camargo, D., Biagini, F. S. M., & dos Santos Corrêa, P. (2018). De cuidadora a tia, de tia a professora: Ser profissional da educação infantil. *Cadernos da Pedagogia*, 11(22), 171-191.
- Cannel, C. F. & Kahn, R. L. (1974). Coleta de dados por entrevista. In: Festinger, L. & Katz, D. A. *A pesquisa da Psicologia Social*. Rio de Janeiro: E.F.G.V.
- Carignan, N., Sanders, M., & Pourdavood, R. G. (2005). Racism and ethnocentrism: Social representations of preservice teachers in the context of multi- and intercultural education. *International Journal of Qualitative Methods*, 4(3), 1–19. doi: <https://doi.org/10.1177/160940690500400301>
- Coelho, W. N. B. (2007). Só de corpo presente: O silêncio tácito sobre cor e relações raciais na formação de professoras no estado do Pará. *Revista Brasileira de Educação*, 12(34), 39-56. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000100004>
- DeCastro, T. G., & Gomes, W. B. (2011). Aplicações do método fenomenológico à pesquisa em psicologia: tradições e tendências. *Estudos de psicologia*, 28(2), 153-161. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2011000200003>
- Doise, W. (1985). Les représentations sociales: définition d'un concept. *Connexions*, 45, 243-253

- Falcão, B. L., & Cirino, A. C. (2013). A representação social do preconceito racial para professores negros da UFMG. *Cadernos Cenpec*, 3(1), 229-249. doi: <http://dx.doi.org/10.18676/cadernoscenpec.v3i1.211>
- Feitosa, C. F. J. (2012). *Aqui tem racismo!/: Um estudo das representações sociais e das identidades das crianças negras* (Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas). Recuperado de <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/250918>
- Fernandes, N. V. E. (2017). A raiz do pensamento colonial na intolerância religiosa contra religiões de matriz africana. *Revista Calundu*, 1(1), 117-136.
- Fernandes, V. B., & de Souza, M. C. C. C. (2016). Identidade Negra entre exclusão e liberdade. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, (63), 103-120. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i63p103-120>
- Foucault, M. (1998) *Genealogia del Racismo*. Editora Altamira
- Forman, T. A. (2004). Color-blind racism and racial indifference: The role of racial apathy in facilitating enduring inequalities. In M. Krysan & A. Lewis (Eds.), *The changing terrain of race and ethnicity* (pp. 43–66). New York: Russell Sage.
- Freire P. (1970) *Pedagogia do oprimido*, Rio de Janeiro, Paz na terra, (2ª edição).
- Freud, A. (1968) *O ego e os mecanismos de defesa*. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular.
- Garcia, P. C. A. (2018). *Representações sociais sobre o racismo no discurso de discentes Moçambicanos na Unilab/CE: Vozes, imagens e trajetórias coletivas* (Dissertação de mestrado, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira). Recuperado de <http://repositorio.unilab.edu.br:8080/jspui/handle/123456789/887>

- Gatti, B. (2014). A formação inicial de professores para a educação básica: as licenciaturas. *Revista USP*, (100), 33-46. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i100p33-46>
- Gianastacio, V. (2009). A presença do sufixo -ismo nas gramáticas da língua portuguesa e sua abrangência dos valores semânticos, a partir do Dicionário de Língua Portuguesa Antônio Houaiss. (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo). doi:10.11606/D.8.2009.tde-30112009-151358.
- Girardello, G. (2011) Imaginação: arte e ciência na infância. *Pro-Posições*, 22(2), 72-92. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072011000200007>
- Glass R. D. (2012) Entendendo raça e racismo: por uma educação racialmente crítica e antirracista. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 93(235), p. 883-913. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S2176-66812012000400017>
- Gomes, L. (2019) *Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares*. Rio de Janeiro RJ: Globo Livros
- Gomes, N. L. (2002) Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? *Revista Brasileira de Educação*, (21), p.40-51. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000300004>
- Guareschi, P. A., Hernández, A. R. C., & Cárdenas, M. (2015). *Representações sociais em movimento: Psicologia do ativismo político*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Grassano, E. (1996). *Indicadores psicopatológicos nas técnicas projetivas*. (L. S. L. C. Tardivo, trad.). São Paulo: Casa do Psicólogo. (Original publicado em 1977).
- Grassano de Piccolo, E. (1974). Los tests gráficos. In: M.L.S. Ocampo e cols., *Las técnicas proyectivas y el proceso psicodiagnóstico*. (Tomo II; pp 235-388). Buenos Aires: Nueva Visión.
- Ianni, O. (1962). *Raças e classes sociais no Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira.

- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2019). *Atlas de violência*. Recuperado de <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9406>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020) <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403>
- Isto é. (2020). Vice-presidente Mourão diz que ‘não há racismo’ no Brasil. <https://istoe.com.br/vice-presidente-mourao-diz-que-nao-ha-racismo-no-brasil/>
- Jodelet, D. (1989) Representations sociales: Un domaine en expansion. in D. Jodelet (Org.) *Les Representations Sociales* (pp. 31-61). Paris: Presses Universitaires de France.
- Jaccoud, L. (Org.). (2009) A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos. Brasília: Ipea.
- Katz, I., Wackenhut, J., & Hass, R. G. (1986). Racial ambivalence, value duality, and behavior. In J. F. Dovidio & S. L. Gaertner (Eds.), *Prejudice, discrimination, and racism* (p. 35–59). Academic Press.
- Katz, P. A., & Zalk, S. R. (1978). Modification of children's racial attitudes. *Developmental Psychology*, 14(5), 447-461. doi: <https://doi.org/10.1037/0012-1649.14.5.447>
- Kinder, D. R., & Sears, D. O. (1981). Prejudice and politics: Symbolic racism versus racial threats to the good life. *Journal of personality and social psychology*, 40(3), 414-431. doi: <https://doi.org/10.1037/0022-3514.40.3.414>
- Kirchof, E. R., Bonin, I. T., & Silveira, R. M. H. (2015). A diferença étnico-racial em livros brasileiros para crianças: Análise de três tendências contemporâneas. *Revista Eletrônica de Educação*, 9(2), 389-412. doi: <http://dx.doi.org/10.14244/198271991111>
- Lima, G. R., & Rezende, A. L. G. (2009). Representações sociais da discriminação racial por adolescentes no contexto escolar. Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e III Congresso Internacional de Ciências do Esporte, Salvador – BA. Recuperado de <https://repositorio.unb.br/handle/10482/6227>

- Lima, M. E. O., & Vala, J. (2004). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de psicologia* 9(3), 401-411. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2004000300002>
- López, L.C. (2012). O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 16(40), p.121-34. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832012005000004>
- Matte, A. A., Jr., Alves, D., & Gevehr, D. L. (2017). Representação da etnia negra nos livros didáticos: o papel social da figura do negro no material de apoio pedagógico da educação básica. *Revista Acadêmica Licencia&aturas*, 5(1), 40-47.
- Mbembe, A. (2014). *Crítica da Razão Negra*. Lisboa, Portugal: Editora Antígona
- Merten, T. (1992). O teste de associação de palavras na psicologia e psiquiatria: história, método e resultados. *Análise Psicológica*, 10 (4), 531-541.
- Minayo, M. C. D. S. (2008). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde* (11^a ed.). São Paulo, Hucitec.
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Trad. de Álvaro Cabral. Zahar.
- Motta, R. C., & de Oliveira Quadros, S. C. (2016). A concepção da identidade étnica na visão de estudantes do ensino superior. *Revista Eletrônica de Educação*, 10(2), 286-298. Doi: <https://doi.org/10.14244/198271991540>
- Munanga, K. (2004). Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In *Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira*. Niterói: EDUFF.
- Munanga, K. (2019). Entrevista com Kabengele Munanga, o antropólogo que desmistificou a democracia racial no Brasil. Recuperado de <https://www.ufjf.br/ladem/2019/07/15/entrevista-com-kabengele-munanga-o-antropologo-que-desmistificou-a-democracia-racial-no-brasil/>

- Naiff, D. G. M., Naiff, L. A. M., & de Souza, M. A. (2009). As representações sociais de estudantes universitários a respeito das cotas para negros e pardos nas universidades públicas brasileiras. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 9(1), 219-232. Recuperado de <http://www.revispsi.uerj.br/v9n1/artigos/pdf/v9n1a17.pdf>
- Naiff, D. G. M., Sá, C. A., Naiff, L. A. M. (2019). As mulheres negras nas representações sociais de mulheres agentes de pastoral negro (APNS) e de mulheres que não participam de movimento social. In R. Missias-Moreira, V. L. C. Freitas & J. C. C. Collares-da-Rocha, *Representações sociais na contemporaneidade* (pp.57-70). Curitiba - PR: Editora CRV.
- Nina, C. H. V. (2009) *Escravidão, ontem e hoje: aspectos jurídicos e econômicos*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Brasília). Recuperado de: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/123456789/421>
- Oliveira, M. F. (2011). *Metodologia científica: Um manual para a realização de pesquisas em Administração*. Catalão, GO: Universidade Federal de Goiás
- Oliveira, J. B. A. et al. (1984) A política do livro didático. Campinas: UNICAMP
- Orlandi, E. P. (2007) *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos* (6ª ed.). Campinas: Ed.Unicamp,
- Ornellas, M. S. (2017) O sujeito do verbo se fez carne na constituição das representações sociais. *Representações sociais e educação: Letras imagéticas IV*. Salvador, BA: EDUFBA.
- Pacheco, J. Pequeno dicionário de absurdos em educação. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- Pacheco, L. C. (2015). Racismo cordial - manifestação da discriminação racial à brasileira - o domínio público e o privado. *Revista de Psicologia*, 2(1), 137-144. Recuperado de <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/82>

- Passos, J. C. (2004). A formação de professores para uma pedagogia multirracial e popular: uma proposta do Núcleo de Estudos Negros para a superação do racismo na escola brasileira. Recuperado de <https://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/JoanaCeliadosPAssos.pdf>
- Pinto E. R. (2014). Conceitos fundamentais dos métodos projetivos. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 17(1). 135-153. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1516-14982014000100009>
- Piovesan, A., & Temporini, E. R. (1995). Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. *Revista de Saúde Pública*, 29(4), 318-325. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0034-89101995000400010>
- Portal, L.L F. & Meinicke. D. (2013) Autoformação de professores numa perspectiva de uma educação para a inteireza: um interesse das IES? XI Congresso Nacional de Educação EDUCERE. P. 8866-8881. Recuperado de: https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/7392_5158.pdf
- Rodrigues, R. N. (1957). *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*. Salvador: Livraria Progresso.
- Sacramento, A. N., & Nascimento, E. R. (2011). Racismo e saúde: representações sociais de mulheres e profissionais sobre o quesito cor/raça. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 45(5), 1142-1149. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342011000500016>
- Santos, G. L. D., & Chaves, A. M. (2007). Ser quilombola: representações sociais de habitantes de uma comunidade negra. *Estudos de Psicologia* 24(3), 353-361. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2007000300007>.
- Santos, R. C. O. (2013). Alunos(as) negros(as), suas representações sobre relações etnicorraciais na escola. Anais do XI Congresso Nacional de Educação, II Seminário

Internacional de Representações Sociais Subjetividade E Educação e IV Seminário Internacional de Sobre Profissionalização Docente. Pontifícia Universidade Católica Do Paraná: Curitiba.

Scarparo H. & Pedroso, M. (2010). Representações: Movimentos de Imagens e Palavras Vividas. In P. A. Guareschi, A. R. C. Hernández, M. Cárdenas (Orgs.), *Representações sociais em Movimento: Psicologia do Ativismo Político*. (19-21). Porto Alegre: EDIPUCRS

Schwarcz, L. M. (1993) O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras,

Schwarcz, L. M. (1998). *História da vida privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras.

Silva, A. M. T. B., Constantino, G. D., & Premaor, V. B. (2011). A contribuição da teoria das representações sociais para análise de um fórum de discussão virtual. *Temas em psicologia*, 19(1), 233-242. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v19n1/v19n1a18.pdf>

Silva, C. F. J. (2015). As representações sociais acerca da criança negra na educação infantil e os mecanismos de discriminação. *Eventos Pedagógicos*, 6(4), 323-341.

Silva, J. et al. (2009) A política de promoção da igualdade racial no governo federal em 2006 e o programa de combate ao racismo institucional. In: L. Jaccoud (Org.). A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos vinte anos. Brasília: Ipea, 2009. p.147-70. Recuperado de: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9160/1/Igualdaderacial_Cap3.pdf

Silva, I.S. (2013) Relações raciais nos livros didáticos de língua portuguesa 13 anos após a lei 10.639/03.

- Souza, M. R., Costa, C. S., Oliveira, K. K. & Silva, R. S. (2020) A representação e representatividade da população afro-brasileira nos livros didáticos de ciências do ensino fundamental: uma análise da coleção “Companhia das ciências”. *Revista Brasileira de Iniciação Científica*, 7(4), p. 3-23
- Triviños, A. N. S. (1987). *Pesquisa qualitativa. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas
- Turra, C., & Venturi, G. (1995). *Racismo cordial: a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil*. São Paulo: Ática.
- Universidade Federal do Vale do São Francisco. (2018). Edital nº 15/2018. Recuperado de: <http://www.cpgpsi.univasf.edu.br/images/EDITALPRPPGI152018.pdf>
- Universidade de Pernambuco. <http://www.upe.br/petrolina/graduacao/cursos/licenciatura-em-pedagogia/>
- Vala, J. (2013). Racisms: Social representations, racial prejudice and normative pressures. *Papers on Social Representations*, 22(1), 6.1-6.29. Recuperado de: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9834/1/ICS_JVala_Racisms_ARI.pdf
- Vala, J., & Pereira, C. R. (2012). Racism: An evolving virus. In F. Bethencourt & A. J. Pearce (Eds.), *Racism and Ethnic Relations in the Portuguese-Speaking World*. (pp. 49-70). NY: Oxford University Press.
- Vergès, P. (2002). Conjunto de programas que permitem a análise de evocações. EVOC, Manual, versão, 5.
- VIANNA, O. (1938). *Raça e assimilação*. São Paulo: Cia. Editora Nacional,
- Vigotsky, L. S., & Luria, A. R. (1996). *Estudos sobre a história do comportamento: O macaco, o primitivo e a criança*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Wagner, W. (1998). Sócio-gênese e características das representações sociais. In A. S. P. Moreira, & D. C. de Oliveira. (Eds.), *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp. 3-25). Goiânia: AB

Apêndice A

Roteiro de Grupo Focal

- **Recebimento dos participantes**

Apresentação do Pesquisador e dos alunos participantes da investigação.

Apresentação minuciosa do tema e objetivo da pesquisa em curso.

Solicitação da assinatura da autorização no grupo, bem como da gravação de suas entrevistas.

- **Questões de Abertura**

O que, em sua opinião, é racismo?

A Universidade é um ambiente onde o racismo também se manifesta? Em que situações?

- **Questões Introdutórias**

Conhece alguém que já foi Vítima de Racismo?

O tema Racismo já foi assunto em roa de conversas durante sua permanência na Universidade?

- **Questão Chave**

Conhece alguém racista?

Você se admite racista?

- **Questão e Fechamento**

Como o racismo pode ser combatido entre universitários?

Você acha que Universitários racistas levarão estas posturas para o futuro ambiente de trabalho ?

- **Encerramento**

Apresentação do resumo do encontro

Agradecimentos pelas participações

***Cenário Hipotético:**

Um Colega de turma, conta uma piada racista (leve) em um grupo informal de conversa. Qual seria a sua reação? Como você acha que seus colegas agiriam diante desta brincadeira?

(O cenário hipotético será utilizado apenas se o pesquisador sentir que será necessário para estimular a exposição das ideias dos participantes)

Apêndice B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Grupo Focal

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO – UNIVASF
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Avenida José de Sá Maniçoba, s/n, Pavilhão de Laboratórios – 1º Andar Sala 2286
Campus Universitário – Centro – Petrolina/PE CEP 56.304-205. Telefone: (87) 2101 6793
Site: www.cpgpsi.univasf.edu.br – E-mail: cpgpsi@univasf.edu.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – Grupo Focal

Título da Pesquisa: Representações Sociais do Racismo para Licenciandos em Pedagogia

Pesquisador Responsável: Mario César Pedrôso Lira
Contato: (87) 9.8812.3979 | E-mail: pedrosolira@hotmail.com

Orientador: Marcelo Silva de Souza Ribeiro
Contato: (74)98819-3538 | E-mail: mribeiro27@gmail.com

1. Natureza da pesquisa: A(o) Sra.(Sr.) está sendo convidada(o) a participar nesta pesquisa, que tem como finalidade compreender as representações sociais o racismo entre Licenciandos de Pedagogia.

2. Participantes da pesquisa: O público alvo deste estudo é formado por alunos de ambos os sexos, maiores e capazes, que estejam matriculados nos períodos sétimo e oitavo do curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade de Pernambuco, Campus Petrolina.

3. Envolvimento na pesquisa: Ao participar deste estudo, o aluno será convidado a responder a uma entrevista conduzida pelo pesquisador sobre o tema relacionado ao racismo e a convivência acadêmica. Estas entrevistas serão realizadas em **02 ou 03 encontros**, com **duração de 60 a 80 minutos**, nos turnos acadêmicos dos participantes e acontecerão com a ciência e autorização da Universidade. **Ao final da pesquisa os participantes terão acesso integral aos resultados e discussões da pesquisa.**

4. Riscos e desconfortos: Os procedimentos adotados nessa pesquisa obedecem aos critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº. 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Deve-se estar ciente que durante a realização dos encontros poderá haver algum tipo de desconforto em decorrência dos assuntos que serão abordados. Porém, o participante, estará livre para encerrar sua participação a qualquer momento se assim desejar, sem obrigação de ter que dar esclarecimentos aos pesquisadores. Garantimos o sigilo de todas as informações e por isso, a realização da pesquisa ocorre em lugar seguro e privativo. A existência de uma relação de confiança estabelecida com os pesquisadores durante a realização do estudo poderá reduzir os riscos e possíveis desconfortos e/ou danos.

5. Confidencialidade: Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o pesquisador e seu orientador terão conhecimento de sua identidade e se comprometem a mantê-las em sigilo ao publicar os resultados da pesquisa. Os resultados serão apresentados em forma de dissertação e poderão ser transformados em artigo científico e submetidos a periódicos

especializados, independentemente dos resultados encontrados. Para tanto, a identificação dos participantes/voluntários não será revelada em nenhuma hipótese, respeitando assim a privacidade dos mesmos conforme as normas éticas. As informações e todos os papéis utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador por um período de cinco anos, e após esse tempo serão destruídos.

6. Benefícios: Embora não existam benefícios acadêmicos para os participantes, ao contribuir com esta investigação, os alunos universitários estarão contribuindo de maneira científica para compreensão do tema do racismo relacionado ao ambiente acadêmico universitário. Além de cooperar na promoção de Benefícios sociais, ao trazer esta temática para um contexto de discussão e reflexão acadêmica em uma Universidade pública, bem como contribuir para a sociedade em geral a partir da disponibilização dos resultados finais da investigação juntamente com propostas que busquem combater o racismo no ambiente acadêmico

7. Pagamento: a participação nesta pesquisa será de caráter voluntário, não havendo despesas para a participação, bem como nada será pago por sua participação. Ainda assim, caso ao participante tenha qualquer despesa ou prejuízo por conta da participação, terá o direito de ressarcimento ou indenização.

8. Garantias éticas: Os participantes terão direito à assistência integral (escuta individualizada ou ainda encaminhamento para serviço de saúde), imediata, gratuita diante de eventual desconforto em decorrência dos assuntos que serão abordados.

Ressalta-se que este projeto somente será iniciado após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVASF. Além disso, este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi elaborado em duas vias de igual teor, que serão assinadas e rubricadas em todas as páginas. Uma das vias ficará com o participante e a outra com os pesquisadores.

Após estes esclarecimentos, solicitamos a sua participação de forma livre nesta pesquisa.

Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, _____, após ter sido convenientemente esclarecido(a) sobre os objetivos desta investigação e acerca dos procedimentos a serem adotados, de forma livre e esclarecida, manifesto o meu desejo em participar na presente pesquisa.

Petrolina, _____ de _____ de 2021.

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador

Pesquisador proponente: Mario César Pedrôso Lira

Fone: (87) 98812-3979

e-mail: pedrosolira@hotmail.com

Pesquisador orientador: Marcelo Silva de Souza Ribeiro. Av. José de Sá Maniçoba S/N, Colegiado de Psicologia, CEP 56304-205, Centro, Petrolina-PE. Fone (87) 2101 6868.

Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa: Rebeca Barreto.

Telefone do Comitê: (87) 2101 6896.

Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa: Av. José de Sá Maniçoba SN, Centro, CEP 56304-205, Petrolina-PE

E-mail: cep@univasf.edu.br